



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V
CENTRO CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

EDITH LARISSA RODRIGUES DO RÊGO SOUZA

***É POSSÍVEL PROMOVER A PAZ? A DECLARAÇÃO E PROGRAMA DE AÇÃO
SOBRE UMA CULTURA DE PAZ DA UNESCO PARA AS ESCOLAS –
EFETIVIDADES, IMPASSES E DESAFIOS***

**JOÃO PESSOA - PARAÍBA
2017**

EDITH LARISSA RODRIGUES DO RÊGO SOUZA

***É POSSÍVEL PROMOVER A PAZ? A DECLARAÇÃO E PROGRAMA DE AÇÃO
SOBRE UMA CULTURA DE PAZ DA UNESCO PARA AS ESCOLAS –
EFETIVIDADES, IMPASSES E DESAFIOS***

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Área de concentração: Estudos de Paz

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Loyolla Kuhlmann

**JOÃO PESSOA - PARAÍBA
2017**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S725p Souza, Edith Larissa Rodrigues do Rêgo
É possível promover a paz? A declaração e programa de ação sobre uma cultura de paz da Unesco para as escolas – efetividades, impasses e desafios [manuscrito] / Edith Larissa Rodrigues do Rego Souza. - 2017.
51 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2017.
"Orientação: Prof. Dr. Paulo Roberto Loyolla Kuhlmann, Departamento de Relações Internacionais".

1. UNESCO. 2. Cultura de paz. 3. Escolas paraibanas. I.
Título.

21. ed. CDD 306

EDITH LARISSA RODRIGUES DO RÊGO SOUZA

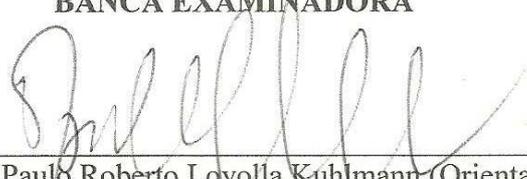
*É POSSÍVEL PROMOVER A PAZ? A DECLARAÇÃO E PROGRAMA DE AÇÃO SOBRE
UMA CULTURA DE PAZ DA UNESCO PARA AS ESCOLAS – EFETIVIDADES,
IMPASSES E DESAFIOS*

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Área de concentração: Estudos de Paz.

Aprovada em: 14/08/2017.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Paulo Roberto Loyolla Kuhlmann (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Fábio Rodrigo Ferreira Nobre
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Marcos Alan Shaikhzadeh Vahdat Ferreira
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

A minha mãe, pela dedicação, amor, paciência,
companheirismo e zelo, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente a Deus, por ter iluminado o meu caminho durante toda minha vida e por ter me dado força durante toda jornada universitária.

A minha mãe, Milca Rêgo, inspiração diária. Agradeço pelo apoio incondicional, amor, carinho e paciência. Obrigada por sempre pensar em mim e por me ensinar que nossas conquistas são as únicas coisas que ninguém pode nos tirar.

Ao Professor, desorientador, mestre e palhaço mais maluco da UEPB, Paulo Kuhlmann. Obrigada por me apresentar um lado lindo e desconhecido das Relações Internacionais, por querer sempre o melhor, por toda paciência, por me mostrar que sou capaz de ir além do comum, pelo incentivo constante e por ter despertado em mim um sentimento de inquietação e olhar crítico nos estudos acadêmicos.

Ao Professor Fábio Nobre pelas conversas compartilhadas e pelas divertidas aulas de Política Externa dos Estados Unidos, com referências a séries, filmes e memes.

Ao Professor Marcos Alan, que gentilmente aceitou o convite para participar da banca, pelos poucos, mas preciosos encontros e conhecimentos partilhados.

A todos os professores com os quais tive a honra de ter aula e que mostraram que as Relações Internacionais são muito do que aquilo que está estabelecido no senso comum: Alexandre César Cunha, Ana Paula, Silvia Nogueira, Cristina Pacheco, Jan Marcel, Neila Coêlho e Gabriela Gonçalves.

Aos funcionários do José Lins do Rêgo/UEPB por toda a gentileza e sorrisos oferecidos durante os anos de graduação.

A tia Eva e seu Antônio por sempre estarem lá para um papo descontraído, conselhos de vida, lanches e aconchego durante os dias de estudo na universidade.

A todos projetos que participei, dentro e fora da Universidade, que foram lugares de muito aprendizado e amizade ao longo dos anos: MUNDI, TEDxJoãoPessoa, AIESEC em João Pessoa, Centro Acadêmico de Relações Internacionais e equipe do Congresso Acadêmico de Defesa Nacional. Agradeço, principalmente, ao PUA/GEPASM, grupo no qual tenho imenso apreço e lugar onde passei as maiores aventuras acadêmicas e não-acadêmicas. Sou grata por cada MOB, conversa, reuniões de grupo de estudo, risadas, brincadeiras e momentos de alegrias e tristezas compartilhados. Se hoje sou essa pessoa barulhenta e ávida por ação, é por causa do PUA e dessa família puana que mora no meu coração. Não posso esquecer da Escola Paraibana Ousada de Estudos de Paz, porque nosso lema é Ousadia e

Alegria e nós vamos fazer muito barulho no mundo afora aliando prática e teoria em nossos estudos, afinal, A gente é Agente, não é?

A todas as parcerias construídas ao longo dos anos através do PUA no Cristo/Rangel, principalmente as escolas Santa Ângela, palco de nossos maiores erros e acertos, Agostinho Fonseca e Santa Emília. Agradeço a todas as crianças e aos profissionais que compõem cada escola e que sempre nos recebem de braços abertos e aceitaram entrar nessa empreitada árdua que é a construção da paz. Agradecimento especial a Sandra, Lígia, Samara, Jullyenne, Val, Hallyne e todos os profissionais envolvidos.

Agradeço as escolas que me receberam para completar esse trabalho e que, gentilmente, responderam e ajudaram a completar a monografia. Vocês foram parte essencial para a realização deste trabalho.

Aos meus amigos de fora da universidade, de infância, adolescência e vida adulta, pela paciência e por respeitarem o tempo que precisei para me dedicar ao final do curso. Em especial, a Michelle Barbosa, pela eterna amizade, e a minha extensão familiar na rua Luna Pedrosa, Nilda, Nilton, Mikael e Danilo, por sempre me receberem de braços abertos para uma conversa na calçada.

A família Striker, que entre jabs, cruzados e chutes, foi um lugar onde encontrei refúgio nas horas que mais precisei de diversão e brincadeiras. Agradeço a todo respeito, amizade, ensino e compreensão durante os treinos.

À Débora Alencar e Raianna Soto, por toda a amizade e momentos compartilhados durante os anos de graduação e, principalmente, pela força nos últimos meses. Obrigada pelas risadas, músicas, comidas, momentos esquisitos, brincadeiras e segredos partilhados. Vocês são as irmãs que eu nunca pedi a Deus, mas que recebo com carinho e brutalidade.

À Suerda Gabriela, outra irmã perdida, que eu segui do Lyceu para a UEPB, da UEPB para o PUA e do PUA para a vida que não largo mais. Obrigada pelas conversas profundas e nem tão profundas assim, pelos planos que nunca dão certo, mas que eu amo planejar, pelas saídas repentinas e por compartilhar alegrias.

À todos os amigos feitos dentro dos muros da UEPB, nas salas de aula, nos corredores ou nos projetos. Agradeço especial para o meu Clube das Rebeldes/Coxinhas Gourmet, Daniel, Lohana e Aline, pelas risadas, comidas e lamúrias compartilhadas. Agradecimento em especial aos PUAnos: Mayanne, por me acompanhar nas visitas as escolas e por aguentar as minhas falações; Raabe, bicho grilo que eu quero ter sempre por perto; Luan, ombro e braço amigo para todas as horas; Ellem, por ter feito meu abstract e por todas as conversas engraçadas e raivosas na secretária do Mestrado; Nertan, por toda calma e risada

engraçada; Livia, por toda cantoria e experiência compartilhadas e a Kaly, pela amizade e doçura; e aos PUAnovinhos e PUavelinhos/Matusálens que compõe a família PUAna. Aos meus companheiros de Centro Acadêmico, lugar dos meus maiores estresses e risadas em 2015/2016, em especial a: Rique, por ter me puxado, não somente para o CA, mas também para o TEDxJP, e por ser esse amigo maluco e engraçado de sempre; a Maria Clara (também do PUA!), pelas paixões, viagens e coisas engraçadas compartilhadas; a Sarah (também do PUA!), pela amizade, conhecimentos, livros, séries e momentos compartilhados; a Filipe, por toda a calma e conversas da madrugada; a Pedro, por ser esse irmão/amigo mais novo que eu amo brigar. Aos meus amigos de CADN, por me mostrarem que existe amor nos Estudos Estratégicos, por me escutarem e respeitarem meus estudos: a André, a pessoa mais brutalmente fofa e amigo para todas as horas; a Dellaney, a pessoa mais chata desse planeta, mas que é um amigo que eu quero ter sempre por perto e incentivador nato; a Raphaela, minha companheira de tanta aventura e tanta conversa doida que eu nem sei quem é que mais apoia quem. A todas as salas com as quais compartilhei aula, mas principalmente para a minha turma original e a turma que acolheu neste último período. Agradecimento especial a Karol Lopes, por ser um exemplo de mãe e mestranda, Amanda, por ser esse doce de pessoa que eu quero sempre apertar e ter perto e a Larissa Noronha, pelas conversas e conselhos compartilhados neste último período. Não posso deixar de citar Poliana, Viviane, Arllyn, Telma, Maria Eduarda, Mayara, Valfrido, Jéssica, Larissa Lopes, Jordy e a todos que não lembrarei de citar por falta de memória, mas que estão no meu coração.

A todos e todas que de forma direta ou indireta fizeram parte da minha formação, a minha gratidão.

I am the slave of my dream, a dream where both sides will reach a conclusion that whatever the price of peace will be is much cheaper than the price of war. We have to accept that, that this is not a rosy road that you go and everything is amazing. (...) Peace is a place where two truths can fit together in one place.

- *Ali Abu Awwad, TEDxJerusalem*

Together we will discuss, together we will design ways of engaging our communities in creative paths to peace and justice. Then we will welcome the Culture of Peace that must prevail for humanity to welcome the new centuries, for the child of our grandchild to ask: Mommy, what is war?

- *Cora Weiss*

RESUMO

A construção da Cultura de Paz nas escolas é uma necessidade imperativa, porque dela faz parte a formação fundamental das crianças e adolescentes. Este estudo busca analisar o Programa de Ação sobre uma Cultura de Paz, firmado em 1999, e é parte principal das práticas da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). A intenção é investigar como se dá a aplicação do mesmo nas quatro escolas filiadas ao Programa de Escolas Associadas a UNESCO (PEA) na cidade de João Pessoa, Paraíba. O trabalho se estrutura da seguinte forma: pretende-se analisar o conceito de cultura de paz atrelado aos Estudos de Paz e à história das Nações Unidas, sendo reproduzido e tornando-se importante nos debates atuais. Percorrendo por essas diretrizes, por fim, finaliza-se este estudo com a tentativa de verificar as práticas da Cultura de Paz das escolas que fazem parte do Programa da UNESCO e seus efeitos na realidade local.

Palavras-Chave: UNESCO. Cultura de paz. Escolas paraibanas.

ABSTRACT

The building of Culture of Peace at schools is an imperative necessity, because it is where it happens the fundamental formation of children and teenagers. This study aims to analyze the Programme of Action on a Culture of Peace, reached in 1999, which is the main part of the practices of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO). The purpose is investigating how its enforcement works at the four schools that are part of the UNESCO Associated Schools Project Network (ASPnet) in the city of João Pessoa, Paraíba. This study is structured as follows: it is intended to analyze the concept of culture of peace related to the Studies of Peace and the History of United Nations, being reproduced and becoming important figure in current debates. Following these guidelines, lastly, this study is finalized with the attempt of verifying the Culture of Peace practices at the schools which are part of the UNESCO Program and its effects on local reality.

Keywords: UNESCO. Culture of Peace. Schools of Paraíba.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. CONCEITOS	15
2.1 Conceito de paz	15
2.2 Conceito de conflito	19
2.3 Conceito de violência	20
2.4 Conceito de cultura de paz	22
3. NASCE UMA CULTURA DE PAZ	24
3.1 A UNESCO	24
3.2 A evolução da cultura de paz na UNESCO	26
3.3 Uma análise da Declaração e Programa sobre uma Cultura de Paz	32
3.4 O Programa de Escolas Associadas a UNESCO (PEA)	34
4. É POSSÍVEL PROMOVER A PAZ NAS ESCOLAS POR MEIO DO PEA DA UNESCO?	37
4.1 Uma análise dos resultados	37
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
6. REFERÊNCIAS	47

1. INTRODUÇÃO

A paz, é sem dúvida, uma preocupação mundial. É uma questão que atinge, não somente a sociedade civil, mas os organismos internacionais, nacionais, Estados, igrejas, instituições, etc. Não obstante, o uso do termo paz vem sendo amplamente utilizado para legitimar discursos e criar consensos (GALTUNG, 1969).

A partir da década de 1980 é possível observar, nas Relações Internacionais, o surgimento de novas abordagens que se opõem às teorias clássicas. Os Estudos de Paz emergem em meio a este debate, iniciados ainda na década de 1960. A ruptura das teorias pós-positivistas (PUREZA e CRAVO, 2005) e a proposta de uma nova agenda nas Relações Internacionais foram um reflexo na ampliação do debate entre pesquisadores sobre a maneira que o conhecimento científico era produzido. Os Estudos de Paz se consolidaram de maneira gradual, até que, na década de 1990, ganharam destaque enquanto conceito e programa de ação da UNESCO e da ONU.

Os Estudos de Paz são caracterizados pela sua natureza multidisciplinar e transdisciplinar, por serem capazes de articular elementos da ciência, do direito, da política, história, relações internacionais, psicologia, e por forçar nas soluções para paz e não em uma abordagem específica. Embora o estudo científico da paz tenha apenas se desenvolvido na metade do século XX, a paz, enquanto antítese da guerra é estudada há muito tempo. Assim, a paz era somente entendida como um período entre guerras, sendo apenas um marcador temporário entre vencedores e vencidos sendo entendida, desse modo, como a ausência de guerras (MILANI, 2003a).

O desenvolvimento dos Estudos para a Paz ganha destaque na década de noventa tendo em vista a sua significativa colaboração para a resolução de conflitos em um mundo pós Guerra Fria (MUNDY, 1999), década marcada por abranger o encerramento de um conflito junto com o surgimento de uma nova ordem mundial, marcando o fim de um século e o início de um novo milênio.

As Nações Unidas, criada em 1945, trazem o objetivo de preservar as próximas gerações de uma futura guerra através da manutenção da paz e da resolução pacífica dos conflitos. A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), criada na esfera da ONU, seguiu a lógica de uma organização com a alcunha de promover a paz em escala global (CRUZ, 2012).

A Constituição da UNESCO, de 1946, destaca que *“a ampla difusão da cultura e educação da humanidade para a justiça, liberdade e paz são indispensáveis para dignidade*

humana, e constituem um dever sagrado que todas as nações devem cumprir em espírito de assistência e preocupação mútuas”. Desta forma, é necessário tornar a cultura de paz um item crucial na agenda pública e política para que haja uma reflexão dos traumas sofridos no século XX e a urgência da substituição da cultura de guerra pela cultural de paz, bem como uma projeção de esperanças e perspectivas de mudanças para o século XXI.

Considera-se então, a cultura de paz como objeto deste estudo. O termo, apesar de ter sido primeiro alcunhado em 1989, no Peru, ganhou força na década de 1990, não só por sua capacidade de articular fundamentos das relações internacionais, história e ciência política (IZZO, 2008), mas também por ter sido entendida, pelo sistema das Nações Unidas, como um conjunto de valores, tradições, atitudes e comportamentos.

A partir de então, a ideia da cultura de paz foi disseminada ao redor do mundo e tornou-se um movimento mundial. O desenvolvimento, portanto, de uma cultura de paz, pressupunha um novo estilo de fazer e pensar a paz através da prática da tolerância, respeito e justiça entre todos.

Para tanto, é necessário entender alguns termos que são importantes para a evolução deste estudo: paz, violência, conflito e cultura de paz. Será utilizado os conceitos de paz – na sua forma positiva e negativa – e de violência – em seu nível direito, estrutural e cultural – de Johan Galtung (GALTUNG, 1969, 1981). Já a cultura de paz, segundo Callado (2004), pode ser pensada como filosofia de vida, como regulador de conflitos e como estratégia política para a transformação da realidade, caracterizando-se pela busca coletiva de um modo de vida e de relacionamentos que contribuam para a construção de um mundo marcado pela justiça, solidariedade e paz, não negando a existência de conflitos, mas reconhecendo a sua existência e com o intuito de transforma-lo de forma positiva.

Ao mesmo tempo, tendo em vista a relevância cada vez maior das organizações internacionais e de seus programas na realidade local, este trabalho dispõe-se, ainda, a refletir acerca da cultura de paz dentro do sistema das Nações Unidas e a forma como a Declaração e Programa sobre uma Cultura de Paz, criada em Assembleia Geral da ONU em 1999, é replicado nas escolas através de ações lideradas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

Considera-se aqui, então, que a cultura de paz é um valor que deve ser aprendido e ensinado. Para tanto, a UNESCO criou, em 1953, o Programa de Escolas Associadas a UNESCO, com o intuito de fomentar a cultura de paz nas escolas do mundo, através de uma rede de cooperação. A Declaração e Programa veio para reafirmar esse desejo das

organizações internacionais e considera, em seu artigo 4º, que a educação é um meio fundamental para a construção de uma cultura de paz.

Utilizando-se do método qualitativo, através de uma pesquisa de campo, será feito a realização de um estudo exploratório da rede PEA na cidade de João Pessoa. Os dados da pesquisa foram coletados por meio de entrevistas estruturadas com a comunidade escolar, onde foram elencados temas, perguntas, análise de currículo, proposta pedagógica das escolas e materiais que poderão ser fornecidos. As entrevistas foram gravadas e transcritas, com a devida autorização, para melhor comparação e análise de resultados. Dois estudos foram utilizados como base para esta pesquisa. O primeiro, de Shultz e Guimaraes-Iosif (2009), foi feito com o objetivo de investigar o impacto social e educacional de se tornar uma escola associada a UNESCO em um estudo comparativo entre escolas associadas no Brasil (São Paulo e Distrito Federal) e no Canadá (Alberta e Manitoba); o segundo estudo, de Marum *et al* (2016), com o objetivo de investigar a educação para a sustentabilidade como sendo uma das soluções para a transformação do planeta e da sociedade em duas escolas do Estado de São Paulo.

Finalmente, ao considerar a Declaração e Programa da UNESCO como uma projeção prática da cultura de paz nas escolas e levando em conta a dinâmica entre Estado e sociedade civil (comunidade escolar, mais especificamente), o presente trabalho pretende analisar através das escolas associadas a rede PEA na cidade de João Pessoa, Paraíba, qual é a influência dessa organização internacional na promoção da paz e como funcionam essas práticas, que circundam os Estudos de Paz: a construção da cultura de paz.

2. CONCEITOS

Termos como paz, violência, conflito e cultura de paz são passíveis de várias interpretações de acordo com o contexto no qual estão inseridos. Para melhor entendê-los, este tópico se dedicará a forma nas quais eles serão interpretados na presente pesquisa, apresentando as suas conceituações.

2.1 Conceito de Paz

A paz é, sem dúvida, um conceito vasto, multidisciplinar e complexo (SILVA, 2002). A palavra, geralmente, está ligada a ausência de guerras ou conflitos. Neste caso, pode-se dizer que paz e guerra são palavras antônimas e estão situadas em extremos opostos.

A busca pela paz no sistema internacional ficou marcada nos ideais que originam a Carta das Nações Unidas trazendo, em seu texto, um apelo para evitar que o flagelo de outras guerras aconteça novamente: “praticar a tolerância e viver em paz, uns com os outros, como bons vizinhos e unir as nossas forças para manter a paz e a segurança internacionais [...]” (ONU, 1945). Porém, antes do surgimento da Organização das Nações Unidas, o percurso enfrentado pelo conceito de paz vem de ideais e filosofias anteriores aos estudos de Relações Internacionais como disciplina. Para Bobbio, “o homem começou a refletir sobre a paz partindo do estado de guerra” (BOBBIO, 200, p. 511 *apud* OLIVEIRA, 2007). Assim, observa-se que esta dicotomia entre guerra e paz sempre se fez presente na evolução da sociedade.

Acredita-se que os primeiros registros para entender a paz vêm do autor Charles Frené Castel, ou Abbé de Saint-Pierre (1658-1743), com a publicação do *Projeto para tornar a paz perpétua na Europa*, datada do ano de 1713, trazendo à tona a filosofia da paz. Neste livro, o autor defende o princípio de “uma aliança perpétua entre os Estados soberanos, obrigados, por um tratado internacional, a submeter todas as suas contendas ao juízo de todos os outros Estados reunidos em assembleia permanente.” (BOBBIO, MATTEUCCI, PASQUINO, 2000, p. 875). Uma outra visão sobre o conceito de paz, principalmente no que tange a política da filosofia da paz, é trazida por Immanuel Kant. Com a publicação do *Projeto para a paz perpétua*, em 1795, Kant traz a ideia de que a paz não se trata apenas de bondade ou de um objetivo filantrópico a ser alcançado, mas que é um direito que deve ser concedido a todos (KANT, 1795).

Ao longo da história da humanidade e de diversas culturas, o termo paz tem apresentando diferentes definições. Combinado a forma de organizar o mundo e os diferentes meios de resolução de conflitos, os significados de paz vão ficando mais diferentes a cada contexto que é inserido.

Para Jares (2002), a paz, na cultura ocidental, deriva dos conceitos de paz grega (*eirene*) e paz romana (*pax*). Assim, *eirene* refere-se a busca pessoal pela paz através de ideais pouco palpáveis e na mitologia grega refere-se a algo mais passageiro e temporário, vinculando-se a Deusa Irene. O termo *pax*, por outro lado, refere-se a busca por manter e respeitar uma ordem ou lei previamente estabelecida e na mitologia romana refere-se à Deusa Pax, geralmente vinculada a ideia de poder e soberania. Apesar de convergirem nas suas respectivas abrangências, ambas coincidem com o significado negativo da paz, no sentido que é definida como ausência de guerras e conflitos (DUSI, 2006, p. 14).

Considerando-se ainda que as propostas de um conceito preciso e universal sobre a paz é incompleta, Jares traz diferentes concepções acerca do termo, que em seus escritos ajudam a entendê-lo melhor:

paz como conceito negativo referente a ausência de conflito bélico ou estado de não guerra; reservado ao Estado em sua manutenção da ordem inferior e defesa em face os exterior; como conceito restrito de pacto entre os Estados; como tradição popular de harmonia, serenidade ou ausência de conflitos, que reflete uma tranquilidade pessoal interior; enquanto passividade, consequência de fatores externos a ela; como dedução das concepções anteriores, cuja negatividade e passividade determinam uma dificuldade de compreensão e conceituação da palavra. (JARES, 2002, p. 22)

A discussão proposta por Jares é que a paz não é um conceito estático, sendo mutável e não tendo uma definição específica, haja visto as diferentes concepções históricas e culturais que o termo vem recebendo ao longo da história da civilização.

Nas Relações Internacionais, em consequência dos acontecimentos do século XX, ocorreram mudanças na maneira de entender a paz. Segundo Pureza (1998), os Estudos de Paz surgem como uma terceira corrente, considerada mais radical, e iniciado na década de 1960 como uma alternativa ao conservadorismo realista e behaviorista das Relações Internacionais. Para tanto, o autor ainda tece quatro características básicas desta nova escola, para fins de compreendê-la melhor em sua totalidade:

- 1) a superação do paradigma estatocêntrico e a sua substituição por uma focagem antropocêntrica, em que a pessoa e a humanidade passam a ser referências básicas; 2) orientação normativa, isto é, recusa do positivismo e da pretensa neutralidade da ciência social em favor de uma ambição transformadora, guiada pela paz como um valor a atingir; 3) transdisciplinaridade, como método de tratamento das múltiplas dimensões da questão da paz; e 4) orientação para a ação: do estudo à práxis da paz. (PUREZA, 1998).

A fundação do Internacional Peace Research Institute of Oslo inaugurou esta corrente em 1959 que, em 1964, consolidou-se com o início das publicações no *Journal of Peace Research* (PUREZA, CRAVO, 2005. p. 7), ambas sob a liderança de Johan Galtung, sociólogo norueguês. Galtung, por meio de seus estudos, é uma das principais figuras dos Estudos de Paz, e inspirado em Gandhi, criou dois conceitos basilares para a paz, dividido em duas categorias: paz negativa e paz positiva (GALTUNG, 1969) – descrevendo a primeira como ausência de violência e a segunda como um estado de realização humana ou ausência de violência estrutural.

A manifestação da necessidade de definir o que é paz expressa a insuficiência que o termo ainda carrega para o senso comum. Não é a ausência de guerra que valida a presença da paz, já que a mesma é apenas um tipo de violência. “Para que haja paz não basta ausência de

violência, é necessária a presença de uma interação e inter-relação positiva e dinâmica, o apoio mutuo, a confiança, a reciprocidade e a cooperação”, como afirma Lederach (*apud* DISKIN, 2008, p. 68).

Sob uma concepção positiva, a paz representa “um fenômeno amplo e completo que exige uma compreensão multidimensional” (JARES, 2002, p. 131), já que tem abarcar as todas as estruturasse e interações sociais. Em seu livro *Peace by peaceful means*, Galtung sintetiza de forma sistemática a sua proposta de amplitude do conceito de paz, sendo paz = paz direta + paz estrutural + paz cultural, afirmando que:

A paz positiva direta consistiria na bondade física e verbal, boa para o corpo, a mente e o espírito do próprio e do outro; seria direcionado para todas as necessidades básicas, sobrevivência, bem-estar, liberdade e identidade (...) A paz positiva estrutural substituiria a repressão pela liberdade e a exploração pela equidade, reforçando-as com diálogo em vez de imposição, integração em vez de segmentação, solidariedade em vez de fragmentação e participação em vez de marginalização (...) A paz positiva cultural substituiria a legitimação da violência pela legitimação da paz na religião, direito e ideologia; na linguagem, na arte e na ciência; nas escolas, universidade e mídia; construindo uma cultura de paz positiva. (GALTUNG, 1996a, p. 32 – tradução nossa)¹

Assim, a paz positiva só seria possível através de uma mudança social e de pensamento para que a mesma se torne possível. Além do mais, a chamada paz cultural tem similaridade a cultura de paz (GALTUNG, 1996b), objeto de pesquisa deste estudo, e ela seria a resposta para a violência cultural, visto que traria o entendimento sobre a paz direta e paz estrutural.

Guimarães (1999), em seu texto *Paz: reflexão em torno de um conceito*, chama atenção quanto à necessidade de mudar a forma como a paz é pensada: mais como positividade do que negatividade, mais como uma construção do que um estado, multiculturalmente, como realidade intersubjetiva e por fim, como uma agenda para a paz. A agenda para a paz, como afirma Guimarães, é sobre superar a abstração que geralmente acompanha o conceito de paz, sobre significar tudo ou nada e se desprender da ideia da passividade, pacífico e passivo. Para o autor, a importância de agregar uma agenda bem definida para a paz é de extrema importância, haja visto que pode agregar bandeiras bem

¹ Trecho original: “Direct positive peace would consist of verbal and physical kindness, good to the body, mind and spirit self and other; addressed to all basic needs, survival, well-being, freedom and identity (...) Structural positive peace would substitute freedom for repression and equity for exploitation, and the reinforce this with dialogue instead of penetration, integration instead of segmentation, solidarity instead of fragmentation, and participation instead of marginalization (...) Cultural positive peace would substitute legitimation of peace for the legitimation of violence; in religion, law, and ideolog; in language; in art and science; in schools, universities, and the medi; building a positive peace culture.”

definidas, tais como: educação para a paz, direitos humanos, solidariedade com povos e conflitos e cidadania.

Por fim, a paz não é somente reconhecida como ausência de conflitos, mas como um processo positivo que deve estar presente no nível individual e coletivo viabilizando a convivência e a acolhida ao outro nas suas singularidades. Além do mais, deve ser um processo que tenha como objetivo a disseminação da empatia e da cooperação tendo o poder de prevenir contra os diversos tipos de violência – direta, estrutural e cultural – por meios pacíficos de resolução de conflito.

2.2 Conceito de Conflito

A boa convivência não é sinal de ausência de conflitos. Eles, geralmente, estão erroneamente ligados a questões negativas ou relacionadas a violência. Galtung define que o “conflito é um feito natural, estrutural e inerente ao ser humano” (*apud* Concha, 2009, p. 67). É necessário que seu papel positivo seja reconhecido nas relações pessoais de maneira que não seja negada a sua existência, assim como Silva pontua:

Apesar de, com frequência, existir uma relação negativa com o(s) conflito(s), tanto a nível individual como no interior de grupos (...) – ao procurar ocultar a existência do conflito, reprimi-lo, ou mesmo sancioná-lo -, não podemos existir sem conflitos porque eles fazem parte da natureza humana e social. As diferenças de opinião, interesses, necessidades, objetivos que nos caracterizam e a natureza das interações sociais tornam inevitável a emergência de perspectivas distintas, desacordos, incompatibilidades e conflitos que podem converter-se em comportamentos desajustados socialmente e em experiências desestruturantes a nível pessoal. (2011, p. 255).

Como observado por Silva, o conflito surge nas diferenças porque elas existem dentro e entre as relações humanas. Ele é considerado uma ruptura natural no relacionamento (LEDERACH, 2003) e não pode ser eliminado. Possato *et al* (2016, p. 358) aponta que “toda harmonia possui uma dose de conflito”, porque é necessário, antes de tudo, aprender a lidar com as diferenças.

No entanto, eles ainda são vistos com conotações negativas porque todo seu poder transformador não é compreendido, sendo percebido como algo destrutivo. No seu início, todos os conflitos, em si, são neutros (CECCON *et al*. 2009, p. 31). É a resposta que vai diferenciá-los, os tornando negativos ou positivos, construtivos ou destrutivos, violentos ou não violentos (GUIMARÃES, 1999).

Desse modo, o conflito é essencial para o desenvolvimento humano e é preciso compreender o seu potencial positivo. A paz, como é citada acima, não é a ausência de conflito, mas um “processo de esforços intencionais para enfrentar o surgimento natural dos conflitos através de abordagens não-violentas e questões que aumentem a compreensão, igualdade e respeito nos relacionamentos” (LEDERACH, 2003, p. 4 – tradução nossa)².

2.3 Conceito de Violência

Não é possível falar sobre paz sem, naturalmente, remeter-se as definições de violência. A busca pela compreensão das causas e das formas nas quais a violência se manifesta, seja no campo físico ou mental, bem como a maneira na qual ela é compreendida no contexto em que está inserida, é um desejo daqueles que tentam entendê-la. Tudo isso atrelado a busca por formas de excluí-la nos mais diversos âmbitos, em escala mundial e local.

Para Milani (2003a), a violência pode ser definida como:

A violência é um fenômeno polissêmico que se apresenta em inúmeras modalidades e níveis, o que justifica o termo “violências”. Suas causas, fatores determinantes e agravantes são múltiplos – tanto em números quanto em natureza -, interdependentes e dinâmicos, alguns imprevisíveis e outros, fora das possibilidades de intervenção do cidadão. Trata-se de um dos problemas mais complexos com os quais a humanidade se confronta (p. 33).

Assim como Milani afirma, a violência não deve ser tratada de forma generalizada e nem abrangente, já que se trata de um fenômeno com diversas interpretações diferentes. Deve-se, portanto, reconhecer o contexto no qual a violência está inserida e entender a sua amplitude. Desse modo, poderia promover discussões que tratem sobre formas de combatê-las e não focar apenas na ideia fixa de que a violência é algo incontrolável, incurável e imbatível. Abramovoy e Rua afirmam que “a violência é uma forma de negociação de poder que exclui o diálogo” (2002, p. 295). Ou seja, entende-se que a violência decorre da inexistência de diálogo ou da resolução do conflito de forma inadequada.

Galtung, em sua obra *Violence, Peace and Peace Research*, de 1969, concebe que a violência é um fenômeno que não pode ser definido apenas por uma concepção específica, mas sim por um conceito amplo que se insere em dimensões distintas³. Dentre as distinções

² Trecho original: “It is defined by intentional efforts to address the natural rise of human conflict through nonviolent approaches that address issues and increase understanding, equality, and respect relationships.”

³ Galtung apresenta seis distinções sobre a violência: 1. Violência física e psicológica; 2. Abordagem do uso de meios negativos e positivos de influência; 3. Violência com um objeto determinado e sem objeto; 4. Violência com um sujeito identificado e sem sujeito identificado; 5. Se a violência é ou não intencional; 6. Se a violência é manifesta ou latente (1969, tradução nossa).

apresentadas, pode-se utilizar a relação entre violência manifesta (visível) e latente (invisível e de difícil identificação).

No campo da visível, remete-se à Violência Direta, que é aquela física ou verbal sendo identificada nas ações humanas. Implica em uma ação direta e violenta que tem por objetivo agredir, ofender ou eliminar o outro. No campo do invisível, encontra-se a Violência Estrutural e a Violência Cultural. A estrutural está relacionada à naturalização da violência e sendo inserida nas estruturas sociais, relacionando-se com a injustiça social. A cultural, mais disseminada e invisível, perpetua a violência através de aspectos culturais, disseminados pela violência direta e estrutural. Desse modo, são quaisquer aspectos da cultura que podem ser utilizados para legitimar, promover ou justificar a violência – seja na sua forma direta ou estrutural – de modo que a violência cultural permite enxergar esses fatores como normais (GALTUNG, 1990).

É possível utilizar-se do Triângulo da Violência (GALTUNG, 1990, p. 294) e fazer uma analogia com um iceberg, onde a ponta seria a Violência Direta e estaria visível; enquanto a grande massa de gelo compõe a Violência Estrutural e Cultural, que estaria invisível e na base. Esta última tem a característica de corroborar com certos preconceitos que já estão intrínsecos na sociedade:

Por violência cultural nos referimos a aspectos da cultura, a esfera simbólica da nossa existência – exemplificado pela religião e ideologia, linguagem e arte, ciência empírica e ciência formal (lógica, matemática) – que pode ser usado para justificar ou legitimar o uso da violência direta e estrutural⁴. (GALTUNG, 1990, p. 291, tradução nossa)

A demonstração expressa da violência aponta para uma falta de habilidade para a resolução de conflitos reagindo, primeiramente, a ação manifesta da ponta do iceberg ao invés de identificar as razões mais profundas na sua base a despeito de buscar a construção de outras alternativas.

Se o oposto da violência é paz, o assunto da pesquisa para a paz/estudos da paz, então o oposto da violência cultural seria a paz cultural, significando aspectos de uma cultura que justificam e legitimam a paz direta e estrutural. Se muitos aspectos desse tipo são encontrados em uma cultura, podemos nos referir a ela como uma ‘cultura de paz’ (GALTUNG, 1990, p. 291, tradução nossa).⁵

⁴ Trecho original: “By ‘cultural violence’ we mean those aspects of culture, the symbolic sphere of our existence - exemplified by religion and ideology, language and art, empirical science and formal science (logic, mathematics) - that can be used to justify or legitimize direct or structural violence.”

⁵ Trecho original: “If the opposite of violence is peace, the subject matter of peace research/peace studies, then the opposite of cultural violence would be ‘cultural peace’, meaning aspects of a culture that serve to justify and legitimize direct peace and structural peace. If many and diverse aspects of that kind are found in a culture, we can refer to it as a ‘peace culture’.”

2.4 Conceito de Cultura de Paz

A paz, assim como a violência,⁶ não é inerente ao ser humano. Ela precisa ser aprendida e ensinada. Elise Bouding (2000) aponta que tanto a cultura de guerra como a cultura de paz apresentam raízes profundas na história da humanidade, sendo reproduzidas dentro de uma mesma sociedade. Para a autora, cultura de paz é:

(...) uma cultura que promove a diversidade pacífica. (...) inclui modos de vida, padrões de crença, valores e comportamentos, bem como os correspondentes arranjos institucionais que promovem o cuidado mútuo e bem-estar, bem como uma igualdade que inclui o reconhecimento das diferenças, a guarda responsável e partilha justa dos recursos da Terra entre seus membros e com todos os seres vivos. Oferece segurança mútua para a humanidade⁷. (BOULDING, 2000 apud WEISS, 2004, p. 39, tradução nossa).

Assim, é um processo que coloca a paz como um princípio transformador de todas as relações humanas e sociais, que vão desde os valores pessoais, estilo de vida, atitudes e relações interpessoais até as estruturas sociais, econômicas, políticas e jurídicas (MILANI, 2003a, p. 38)⁸.

De acordo com Callado (2004), a cultura de paz deve ser pensada de três formas: como uma filosofia de vida, como regulador de conflitos e como estratégias políticas de transformação de realidade. Para ilustrar mais claramente, Callado organizou uma tabela (Tabela 1) onde aponta as concepções de uma Cultura de Paz (paz positiva) mediante a uma Cultura Tradicional (paz negativa), estabelecendo as suas principais diferenças:

TABELA 1 – Comparativo da Cultura de Paz mediante a Cultura Tradicional

Cultura Tradicional	Cultura de Paz
Paz definida como ausência de guerras e violência direta.	Paz definida como ausência de todo tipo de violência e como a presença de justiça

⁶ “É, hoje, praticamente unânime, por exemplo, a ideia de que a violência não faz parte da natureza humana e que a mesma não tem raízes biológicas. Trata-se de um complexo dinâmico fenômeno biopsicossocial, mas seu espaço de criação e desenvolvimento é a vida em sociedade.” (MINAYO, 1994, p. 7)

⁷ Trecho original: “a culture that promotes peaceable diversity. (...) includes patterns of life, belief, values, behavior, and accompanying institutional arrangements that promotes mutual caring and well-being as well as na equality that includes appreciation of difference, stewardship, and equitable sharing of the earth’s resources among its members and with all living being. It offers mutual security for humankind...”

⁸ Milani aponta que dois níveis básicos devem ser trabalhos: o nível micro e o nível macro. O primeiro refere-se ao indivíduo e abrange desde o seu comportamento até suas relações na comunidade, família e trabalho. Este nível tem possibilidades infinitas, já que pequenas ações podem influenciar grandes transformações. Já o segundo refere-se ao nível macro, que seria uma atuação mais voltada para os esforços do Estado com a criação de políticas públicas, estruturas institucionais e programas educativas que sejam condizentes com os valores da paz.

	social e das condições necessárias.
Paz limitada às relações nacionais e internacionais, cuja manutenção depende do Estado.	Paz abrange todos os âmbitos da vida, incluindo o pessoal e o interpessoal.
Paz como um fim, uma meta a que se tende e que nunca se alcança completamente.	Paz como processo contínuo e permanente.
O fim justifica os meios, podendo-se justificar a violência para garantir a paz.	Os meios não justificam os fins, assim como a violência não é considerada um meio para se alcançar a paz.
Paz como algo utópico e inalcançável, dependendo de fatores externos a ela.	Paz como processo contínuo e acessível por meio de ações de cooperação, mútuo entendimento, dentre outras posturas que assentam as bases das relações interpessoais e intergrupais.
Conflito concebido como algo negativo.	A forma de regular o conflito torna a situação positiva (mediação/regulação) ou negativa (violência).
Conflitos devem ser evitados.	Conflitos devem ser manifestados e regulados, sem recorrer à violência.

Tabela 1 (CALLADO, 2004, p.36)

Entende-se, assim, que a cultura de paz, na sua forma positiva, seria uma busca coletiva que iria contribuir para a construção de um mundo mais justo e solidário, através de iniciativas individuais e coletivas.

Através de seus estudos, Galtung (2007, p. 14) aponta algumas características que uma cultura de paz deve ter: (1) foco na paz e não na segurança, visto que na cultura de paz os conflitos são tratados de maneira positiva e a abordagem de segurança, ainda dominante nos escritórios da ONU, vê o conflito como algo a ser dissuadido ou eliminado; (2) a paz depende da transformação dos conflitos; (3) precisa-se de transcendência; (4) utiliza-se o diálogo e da articulação criativa para a criação de uma nova realidade; (5) é uma abordagem holística, com um processo dinâmico e que conta com a participação de todas as partes.

É importante ainda ressaltar que a cultura de paz não pode ser confundida com “passividade, cumplicidade com a impotência, inércia, não-resistência e apagamento de conflitos” (FARIA, 2013, p. 14). Assim como aponta Pureza:

A cultura de paz não é um conjunto de representação pacíficas e não-violentas da realidade. O teste de validade de uma cultura de paz faz-se no modo como ela afeta o comportamento em um conflito. Nesse sentido, Galtung defende que a paz é a condição para transformar os conflitos de modo criativo e não-violento. [...] A paz é um contexto para uma forma construtiva de abordar um conflito. (PUREZA, 2000 apud GALTUNG, p. 39).

Milani (2003b) ainda faz um alerta quanto as atitudes de cada indivíduo na construção de uma cultura de paz: ela só será possível se cada indivíduo sair do seu estado de quietude,

silêncio e paralisia para o da inquietude, movimentação e mobilização, assumindo a sua responsabilidade nessa construção:

Afinal, de onde é que a paz deverá surgir, a não ser do esforço sincero, organizado e sistemático de cada integrante da humanidade? Se indivíduos e estruturas sociais não se transformam, como é que o mundo pode se transformar em um lugar de paz e bem-estar?

Desse modo, a cultura de paz é, atualmente, um desejo coletivo e uma necessidade que emerge de circunstâncias reais que perpassam nas mais variadas esferas da sociedade e do próprio conhecimento que vem sendo adquirido ao longo dos anos.

3. NASCE UMA CULTURA DE PAZ

Este tópico será dedicado a evolução da cultura de paz na UNESCO, através da cooperação com outras agências e momentos chave para o movimento mundial. Também se aterá a uma análise do Programa e Declaração sobre uma Cultura de Paz, de 1999, tema deste trabalho, e procurará entender um dos mecanismos da UNESCO de implementação nas escolas através do Programa de Escolas Associadas (PEA).

3.1 A UNESCO

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e com a sociedade internacional devastada pela violência presenciada, se fez necessária encontrar meios que contribuíssem para a resolução pacífica e a prevenção de conflitos como ficou instaurado no preâmbulo da Carta de São Francisco, com o objetivo de criar a ONU (organização das Nações Unidas), em 1945:

A preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que por duas vezes, no espaço da nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade, e a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direito dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas, e a estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes do direito internacional possam ser mantidos, e a promover o progresso social e melhor condições de vida dentro de uma liberdade ampla, para praticar a tolerância e viver em paz, uns com os outros, como bons vizinhos, e unir as nossas forças para manter a paz e a segurança internacionais. (Preâmbulo, ONU, 1945)

Portanto, dentro desses princípios, ocorre a criação da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), na esfera da ONU, seguindo a lógica de uma agência criada para a manutenção da paz em diversas frentes e seguiu com a missão de promover a paz em escala global (CRUZ, 2012, p. 41). Então, com base nesse pressuposto e

na proposta do CAME (Conference of Allied Ministers of Education), realizou-se em Londres, no final da Segunda Guerra, uma conferência das Nações Unidas para o estabelecimento de uma organização educativa e cultural. No dia 16 de novembro de 1945, a UNESCO é fundada com a cooperação de trinta e sete países e sua constituição entra em vigor a partir de 1946, sendo ratificada por 20 países⁹. O desejo predominante desta organização é garantir a paz por meio da cooperação intelectual entre as nações, acompanhando o desenvolvimento mundial e auxiliando os Estados-Membros (atualmente são 193 países membros) na busca de soluções para os problemas que desafiam nossas sociedades e comportamentos que impedissem o início de uma nova guerra mundial:

O propósito da Organização é contribuir para a paz e a segurança, promovendo colaboração entre as nações através da educação, da ciência e da cultura, para fortalecer o respeito universal pela justiça, pelo estado de direito, e pelos direitos humanos e liberdades fundamentais, que são afirmados para os povos do mundo pela Carta das Nações Unidas, sem distinção de raça, sexo, idioma ou religião. (Artigo Primeiro, UNESCO, 1946)

Embora a UNESCO trabalhe em diversas frentes¹⁰, sua principal missão refere-se a construção de uma cultura de paz, assim como está escrito no preâmbulo da sua Constituição:

Que a ampla difusão da cultura, e da educação da humanidade para a justiça, para a liberdade e para a paz são indispensáveis para a dignidade do homem, constituindo um dever sagrado, que todas as nações devem observar, em espírito de assistência e preocupação mútuas. (Preâmbulo, UNESCO, 1946)

De acordo com Federico Mayor Zaragoza¹¹, ex-diretor da Organização, “a UNESCO é a consciência da Organização das Nações Unidas”, já que ela fomenta da solidariedade e a moral da humanidade. Desde que foi criada, a UNESCO tem buscado trabalhar a paz seguindo uma linha já delineada em seu preâmbulo: “Uma vez que as guerras começam na mente dos homens, é na mente dos homens que as defesas da paz devem ser construídas”.

⁹ Site oficial da UNESCO. Disponível em: < <http://www.unesco.org/new/en/unesco/about-us/who-we-are/history/> >. Acesso: em 02 de abril de 2017.

¹⁰ A UNESCO trabalha com 5 setores definidos pela comunidade internacional que são: Educação, Ciências Naturais, Ciências Sociais e Humanas, Cultura e Comunicação e Informação. Além destas, também trabalham com prioridades que requerem uma abordagem transdisciplinar juntamente com seus setores tradicionais, que são: África, Mudanças Climáticas, Desenvolvimento, Igualdade de Gênero, Povos Indígenas, Juventude, entre outros. Site oficial da UNESCO. Disponível em: < <http://www.unesco.org/new/en/unesco/themes/> >. Acesso em: 02 de abril de 2017.

¹¹ Federico Mayor Zaragoza foi o Diretor Geral da UNESCO de 1987 a 1999. Atualmente é presidente da Fundación Cultura de Paz, fundada em 2000, localizada em Madrid e inspirada na Declaração e Programa de Ação sobre uma Cultura de Paz, de 1999. Disponível em: < <http://www.worldpress.org/Europe/1731.cfm> >. Acesso em: 03 de abril de 2017.

Desse modo, a UNESCO pode ser considerada a principal instituição quando refere-se a promoção da paz¹².

3.2 A evolução da cultura de paz na UNESCO

A década de 1990 foi marcada por uma série de movimentações por parte da UNESCO para substituir a dominação da cultura de guerra por uma cultura de paz se tornando umas das prioridades principais da agência (POWER, 2014, p. 47).

Para a UNESCO, a assinatura de contratos e tratados é insuficiente para estabelecer a paz devido ao fato de que os motivos que favorecem o nascimento das guerras continuam sem modificações. Ou seja, quando a cultura, nas suas diversas faces, mantém seus valores de dominação, violência e conflito, a paz se torna apenas um pequeno intervalo entre as guerras (MILANI, 2003a, p. 31). Na mesma circunstância está a manutenção da paz, não basta apenas boas intenções e assinaturas de tratados, mas precisa de fundamentos fortes e enraizados na cultura. A Constituição da UNESCO diz que:

(...) uma paz baseada exclusivamente em arranjos políticos e econômicos dos governos não seria uma paz que pudesse garantir o apoio unânime, duradouro e sincero dos povos do mundo, e que, portanto, a paz, para não falhar, precisa ser fundamentada na solidariedade intelectual e moral da humanidade. (Preâmbulo, UNESCO, 1946)

A premissa adotada pela UNESCO é de garantir uma paz duradoura através da transformação da cultura e da resolução pacífica de conflitos. Considerando então, que a cultura é a “expressão de hábitos e capacidades adquiridos pelos homens em suas relações como membros da sociedade”, (Taylor, 1874 apud RATTNER, 2001, p. 01), indo além de ser meramente reduzida às artes, linguagem, costumes, etc. Ou seja, que a cultura de guerra¹³, considerada comum, seja substituída pela cultura de paz nos hábitos e capacidades do ser humano de viver em sociedade.

¹² “O estabelecimento de uma cultura de paz e desenvolvimento sustentável estão no cerne do mandato da UNESCO. A capacitação e a pesquisa em desenvolvimento sustentável estão entre as prioridades, assim como a educação em direitos humanos, competências para as relações pacíficas, boa governança, memória sobre o Holocausto, prevenção de conflitos e a construção da paz. A pobreza, a desigualdade e a injustiça social refletem-se na contínua violação dos direitos humanos, incluindo o direito à vida e à segurança.” Disponível em: < <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/social-and-human-sciences/culture-of-peace/> >. Acesso em: 03 de abril de 2017.

¹³ “Culture of Peace” e “Culture of War”. Disponível em: < <http://www.culture-of-peace.info/books/history.html> >. Acesso em: 15 de abril de 2017.

David Adams¹⁴ elenca algumas características que a cultura de paz deve ter para que funcione: (1) intimamente relacionada à prevenção e a resolução não violenta de conflitos; (2) baseada na tolerância, solidariedade e compartilhamento; (3) que respeita os direitos individuais, (4) que se empenha em prevenir conflitos resolvendo-os em suas fontes, que englobam ameaças não-militares para a paz e para a segurança como exclusão, pobreza extrema e degradação ambiental e por fim (5) que procura resolver os problemas por meio do diálogo, da negociação e da mediação de forma a tornar a guerra e a violência inviáveis¹⁵. Para tanto, Federico Mayor, define cultura de paz como:

(...) uma paz em ação; é o respeito aos direitos humanos no dia-a-dia; é o um poder gerado por um triângulo interativo de paz, desenvolvimento e democracia. Enquanto cultura de vida, trata-se de tornar diferentes indivíduos capazes de viverem juntos, de criarem um novo sentido de compartilhar, ouvir e zelar uns pelos outros, e de assumir responsabilidades por sua participação numa sociedade democrática que luta contra a pobreza e a exclusão; ao mesmo tempo em que garante igualdade política, equidade social e a diversidade cultural.¹⁶

O conceito de cultura de paz veio sendo desenvolvido de acordo com a evolução do envolvimento da própria UNESCO e de iniciativas da ONU, como é ilustrado na Tabela 2:

TABELA 2 – Histórico da Cultura de Paz no Sistema ONU

Ano	Iniciativa
1985/1986	A ideia do termo cultura de paz foi inspirado por uma iniciativa educacional desenvolvida no Peru e também teve inspirações na Declaração de Sevilha sobre a Violência.
1989	O termo cultura de paz foi formulado no Congresso Internacional sobre a Paz na Mente dos Homens, em Yamoussoukro, Costa do Marfim.
1992	O Comitê Executivo da UNESCO oferece ferramentas de construção de paz (<i>peacebuilding</i>) como uma contribuição aos esforços da ONU na manutenção da paz (<i>peacekeeping</i>) com programas nacionais implementados em El Salvador, Filipinas, Moçambique e Burundi.

¹⁴ Responsável pelo Programa de Cultura de Paz da UNESCO em 1992. Foi membro sênior da equipe gestora do programa de 1993 a 1997 e Diretor do Ano Internacional pela Cultura de Paz de 1998 até 2001.

¹⁵ Disponível em: < http://www.comitepaz.org.br/a_unesco_e_a_c.htm >. Acesso em: 15 de abril de 2017.

¹⁶ Disponível em: < http://www.comitepaz.org.br/a_cultura_de_p.htm >. Acesso em: 15 de abril de 2017.

1994	O primeiro Fórum Internacional sobre Cultura de Paz foi sediado em San Salvador, El Salvador.
1995	A 28ª Conferência Geral da UNESCO introduz a cultura de paz no Estratégia de Termo Médio para 1996 a 2001.
1997	Reconhecendo a importância dos esforços da UNESCO, a 52ª Assembleia Geral da ONU estabelece o ano de 2000 como o Ano Internacional da Cultura de Paz.
1998	Na 53ª, a Assembleia Geral da ONU proclama a década de 2001-2010 como a Década Internacional da Cultura de Paz e Não Violência pelas Crianças do Mundo.
1999	A Assembleia Geral das Nações Unidas adota a Declaração e Programa de Ação sobre uma Cultura de Paz, definindo oito áreas de ações conectadas ao conceito de cultura de paz.
2000	Ano Internacional da Cultura de Paz e lançamento da campanha intitulada Manifesto 2000.
2001-2010	Década Internacional para uma Cultura de Paz e Não-Violência para as Crianças do Mundo, tendo a UNESCO como líder, envolvendo a ONU, os Estados-Membros, a sociedade civil e as ONG's.

Tabela 2 (UNESCO, 2006)

O termo cultura de paz¹⁷ foi mundialmente lançado em 1989, alguns meses após a queda do muro de Berlim, durante o Congresso Internacional para a Paz na Mente dos Homens, em Yamassoukro, na Costa do Marfim:

O Congresso convida os Estados, organizações intergovernamentais e não-governamentais, as comunidades científica, educacional e cultural do mundo e ainda todos os indivíduos a: ajudar na construção de uma nova visão de paz, desenvolvendo uma cultura de paz baseada nos valores universais de respeito à vida, liberdade, justiça, solidariedade, tolerância, direitos humanos e igualdade entre mulheres e homens¹⁸.

Além disso, nesse Congresso também foi apresentada a Declaração de Sevilha sobre a Violência, de 1986, trazendo a discussão sobre a violência em escala internacional e com a participação de diversos países. Com afirmações de que é “cientificamente incorreto dizer que a guerra, ou qualquer outro comportamento violento, é geneticamente programado na natureza

¹⁷ Apesar da data oficial de lançamento ser o ano de 1989, a expressão teria primeiro sido empregada no Peru, em 1985, pela Comisión Nacional Permanente de Educación para la Paz del Ministerio de Educación del Perú. A alcunha do termo foi dada ao padre Felipe MacGregor. (UNESCO, 2006)

¹⁸ Disponível em: < http://www.comitepaz.org.br/Dec_Paz_Mente.htm >. Acesso em: 18 de abril de 2017.

humana” e que é “cientificamente incorreto dizer que no curso da evolução humana houve uma solução de comportamentos agressivos mais do que de outros tipos de comportamento”, os cientistas e intelectuais que assinaram a Declaração de Sevilha declaram que a guerra não é um fator determinado pela natureza humana ou pelos instintos, mas sim uma invenção social e cultura da sociedade. Ou seja, “a mesma espécie que inventou a guerra tem a mesma capacidade de inventar a paz”¹⁹.

Em 1991, a UNESCO iniciou os debates acerca de ações que orientam um programa de oposição a uma cultura de guerra e de acordo com David Adams, era uma “proposta em complemento às operações de manutenção da paz da ONU com o objetivo de sanar as feridas sociais da guerra através de operações locais de reconciliação e cooperação” (CASTRO, 2009, p. 175).

Em 1992, a UNESCO, através do projeto Towards a Culture of Peace²⁰, ofereceu ferramentas, a pedido da ONU, para países que estavam em conflito armado através da reconstrução do sistema educacional direcionado para grupos que incluíam refugiados, soldados, crianças-soldado, meninas, mulheres e crianças traumatizadas (POWER, 2014, p. 48).

Em 1994, a UNESCO promoveu o primeiro Fórum Internacional sobre uma Cultura de Paz sediado em El Salvador com o intuito de inaugurar o Programa Cultura de Paz, para ajudar a dar continuidade às ações de manutenção de paz em El Salvador e, mais tarde, em Moçambique²¹. Além do mais, foi neste Fórum que surgiu a associação de direitos humanos e paz. Para isso, “a paz exige a realização e proteção das necessidades básicas que estão garantidas pelos direitos humanos. Não há paz na dominação, na discriminação, na exclusão” (DISKIN, 2014, p. 24).

No ano de 1995, na 28ª Conferência Geral, a UNESCO adotou a Estratégia de Termo-Médio e junto com a ONU estabeleceu o Programa Transdisciplinar Rumo a uma Cultura de Paz com o intuito de transitar de uma cultura de guerra para uma cultura de paz (CASTRO, 2009, p. 176). Além do mais, a UNESCO inclui a cultura de paz em seus planos estratégicos de 1996-2001 -- estimada em seis anos --, cujo título é Rumo a uma Cultura de Paz (UNESCO, 2006).

¹⁹ Disponível em: < <http://www.comitepaz.org.br/sevilha.htm> >. Acesso em: 18 de abril de 2017.

²⁰ Disponível em: < <http://www.culture-of-peace.info/annexes/IPRANewsletter/page1.html> >. Acesso em: 19 de abril de 2017.

²¹ Disponível em: < http://www.gmu.edu/programs/icar/ijps/vol1_2/UNESCO.htm >. Acesso em: 19 de abril de 2017.

No âmbito das relações internacionais, foi a primeira vez que os Estados se reuniram para discutir abertamente sobre a questão da cultura de paz, mas também foi um momento marcado por debates intensos, com presença de grande divergência entre os países. As agências do Sistema ONU estavam frágeis e conflituosas acerca da cultura de paz. Alguns países membros da Europa não aceitavam a ideia de associar a paz aos direitos humanos. (CASTRO, 2009, p. 177). Para eles, os direitos humanos eram da competência do Conselho de Segurança. David Adams externa algumas explicações sobre a percepção dos Estados-membros com relação a Cultura de Guerra e a Cultura de Paz:

A descrença em relação ao Direito Humano à Paz continuou a ecoar por anos depois desse debate de 1997. Durante discussão informal na ONU, em 6 de maio de 1999, acerca da Declaração Provisória e Plano de Ação de Cultura de Paz, o representante dos Estados Unidos declarou que “a paz não deve ser elevada à categoria de direito humano, caso contrário será muito difícil começar uma guerra”. A União Europeia, na mesma sessão, embora não expressasse suas objeções tão francamente, pediu a eliminação de todas as referências à cultura de guerra.²²

A substituição dos processos de pacificação da ONU (*peacekeeping*, *peacemaking* e *peacebuilding*), coordenadas, principalmente, pelo Conselho de Segurança, por projetos de pacificação coordenadas pela UNESCO representava “um novo modelo de intervenção internacional” (CASTRO, 2009, p. 178). A principal característica dessa movimentação estava baseada em um programa “conectado por sujeitos particulares e organizações que trabalham para a promoção de uma cultura de paz e buscam se associar a outros que perseguem os mesmos objetivos e possuem os mesmos problemas” (28/C/123:13 *apud* CASTRO, 2009, p. 160).

Como movimento mundial, a cultura de paz veio através de alguns marcos importantes: proclamar - através da 52ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1997 - o ano de 2000 como o Ano Internacional por uma Cultura de Paz. Em 1998, a 53ª Assembleia Geral da ONU declarou que a década de 2001-2010 como a Década Internacional para uma Cultura de Paz e Não Violência para as Crianças do Mundo, delegando à UNESCO a responsabilidade de promover e viabilizar o movimento em prol da paz e ser a “agência-líder”.²³

O lançamento da campanha da Década Internacional veio acompanhado com o impulso do Manifesto 2000, criado por um grupo de vencedores do Prêmio Nobel da paz. O

²² Disponível em: < http://www.comitepaz.org.br/historico_CP_2.htm >. Acesso em: 19 de abril de 2017.

²³ Disponível em: < <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/pt/about-this-office/prizes-and-celebrations/international-decade-for-a-culture-of-peace-and-non-violence-for-the-children-of-the-world/> >. Acesso em: 16 de abril de 2017.

lema principal era ‘A paz está em nossas mãos’, evidenciado o poder que cada indivíduo tem sobre o tema, através de 6 princípios básicos:

Reconhecendo a cota de responsabilidade de cada um com o futuro da humanidade, especialmente com as crianças de hoje e das gerações futuras, cada indivíduo deve se comprometer – em sua vida diária, em sua família, no seu trabalho, na sua comunidade, no seu país e na sua região, a: respeitar a vida, rejeitar a violência, ser generoso, ouvir para compreender, preservar o planeta, redescobrir a solidariedade²⁴.

O ano de 1999 foi marcado por inúmeras reuniões com a presença da UNESCO, da ONU, de Estados e ONGs interessados em criar ações mais específicas direcionadas à paz. Segundo Adams, houveram diversas tentativas, por parte de alguns Estados-membros, de barrar as negociações para que alguns elementos fossem retirados do documento final:

Entre as cláusulas eliminadas estavam o respeito aos princípios democráticos nas relações internacionais, a referência às “profundas raízes culturais da guerra” e à promoção de um “movimento global para uma transição rápida de uma cultura de guerra e da violência para uma cultura de paz e não-violência no novo milênio”, assim como referências à cultura de paz como um “processo de transformação individual, coletivo e institucional” e como um elemento na reforma das Nações Unidas. Por outro lado, o Programa de Ação foi em grande parte conservado, até mesmo fortalecido pelo reconhecimento da paz, da segurança internacional e do desarmamento como um domínio de ação legítimo²⁵ (Tradução nossa).

Percebe-se, portanto, que as referências à cultura de guerra, enraizada na cultura europeia, tiveram que ser excluída do documento para que o mesmo fosse aprovado. De acordo com Adams, o processo de criação da Declaração e Programa foi “longo e árduo – nove meses de reuniões informais que coincidiram com a guerra no Kosovo, e precisaram vencer a resistência da União Europeia e dos Estados Unidos” (tradução nossa).²⁶ Foi só depois que esses pontos ressaltados foram retirados do documento, que a Declaração e Programa foi aprovada no “último dia possível da 53ª sessão, da Assembleia Geral das Nações Unidas em 13 de setembro de 1999”²⁷.

²⁴ Disponível em: < <http://www.dhnet.org.br/direitos/bibpaz/textos/m2000.htm> >. Acesso em: 16 de abril de 2017.

²⁵ Trecho original: “Among the provisions eliminated were the respect for democratic principles in international relations, referenceto the "deep cultural roots" of war, and the reference to promotion of a "global movement for a speedy transitionfrom a culture of war and violence to a culture of peace and non-violence in the new millennium", as well as reference to the culture of peace as a "process of individual, collective and institutional transformation" and to promotion of a culture of peace as an element of UN reform. On the other hand, the Programme of Action was retained in most respects, and was even strengthened by recognizing international peace and security, including disarmament, as a legitimate domain of action”. Disponível em: < <http://www.culture-of-peace.info/history/page21.html> >. Acesso em 19 de abril de 2017.

²⁶ Disponível em: < http://www.comitepaz.org.br/historico_CP_2.htm >. Acesso em: 19 de abril de 2017.

²⁷ Disponível em: < <http://www.culture-of-peace.info/history/page21.html> >. Acesso em 19 de abril de 2017.

Por fim, a definição oficial do que é uma cultura de paz foi adotada pela UNESCO através do Declaração e Programa de Ação sobre uma Cultura de Paz, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, da seguinte maneira:

Uma Cultura de Paz é um conjunto de valores, atitudes, tradições, comportamentos e estilos de vida baseados: No respeito à vida, no fim da violência e na promoção e prática da não-violência por meio da educação, do diálogo e da cooperação; No pleno respeito aos princípios de soberania, integridade territorial e independência política dos Estados e de não ingerência nos assuntos que são, essencialmente, de jurisdição interna dos Estados, em conformidade com a Carta das Nações Unidas e o direito internacional; No pleno respeito e na promoção de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais; No compromisso com a solução pacífica dos conflitos; Nos esforços para satisfazer as necessidades de desenvolvimento e proteção do meio-ambiente para as gerações presente e futuras; No respeito e promoção do direito ao desenvolvimento; No respeito e fomento à igualdade de direitos e oportunidades de mulheres e homens; No respeito e fomento ao direito de todas as pessoas à liberdade de expressão, opinião e informação; Na adesão aos princípios de liberdade, justiça, democracia, tolerância, solidariedade, cooperação, pluralismo, diversidade cultural, diálogo e entendimento em todos os níveis da sociedade e entre as nações; e animados por uma atmosfera nacional e internacional que favoreça a paz (Artigo 1º, A/RES/53/243)²⁸.

3.3 Uma análise da Declaração e Programa de Ação sobre uma Cultura de Paz

A criação da Declaração e Programa, na instância da ONU, teve por objetivo principal nortear as ações de governos, organizações internacionais e da sociedade civil em uma empreitada pela promoção da paz, através, não só de do Ano Internacional da Paz e da Década da Cultura de Paz, mas também através de ações da UNESCO nas suas diversas frentes.

Mediante o melhor acolhimento das iniciativas desencadeadas pela Declaração e Programa, foram definidas oito áreas de domínio: cultura de paz através da educação, economia sustentável e desenvolvimento social, compromisso com todos os direitos humanos, equidade entre os gêneros, participação democrática, compreensão – tolerância – solidariedade, comunicação participativa e livre fluxo de informações e conhecimento, paz e segurança internacional²⁹.

Apesar de não abarcarem tudo o que os formuladores desejavam, a Declaração e Programa podem ser considerados ímpares entre os documentos que já foram votados pela Assembleia Geral da ONU, pelos valores que foram abarcados (IZZO, 2008, p. 99). A

²⁸ Disponível em: < http://www.comitepaz.org.br/dec_prog_1.htm >. Acesso em: 18 de abril de 2017.

²⁹ Disponível em: < http://www.comitepaz.org.br/dec_prog_1.htm >. Acesso em: 18 de abril de 2017.

singularidade do documento foi mencionada por Anwarul Chowdhury, de Bangladesh, que declarou:

Acredito que este documento é único em mais de uma maneira. É um documento universal no sentido real que transcende fronteiras, culturas, sociedades e nações. Ao contrário de muitos outros documentos da Assembleia Geral, este é orientado para a ação e encoraja ações em diversos níveis, seja a nível individual, da comunidade, da região ou nação, mas também a nível global e internacional. O documento reúne vários autores que têm um papel fundamental no avanço de uma cultura de paz. Incluem Estados, organizações internacionais, sociedade civil, líderes comunitários, pais, professores, artistas, jornalistas, trabalhadores humanitários – de certa forma, todas as pessoas podem contribuir para a sua implementação. Para um fórum internacional como a Assembleia, este documento traz assuntos que raramente foram abordados nos últimos 50 anos. Seria negligente da minha parte se não mencionasse o significativo papel das Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura destacando a causa da cultura de paz (GENERAL ASSEMBLY, 53^o Session – 107th plenary meeting, tradução nossa)³⁰.

O material parte da premissa que a paz não é meramente a ausência de conflitos, mas sim um processo que necessita de um movimento dinâmico onde o diálogo seja o principal meio de resolução de conflito, além de que busca eliminar todas as formas de discriminação e intolerância. Através de uma cooperação entre Governos, organizações internacionais, organizações não-governamentais e a participação da sociedade civil, no que tange a educação, o artigo 4^o do documento é enfático ao dizer que “em todos os níveis, é um dos meios fundamentais para construir uma cultura de paz”, através de medidas citadas na Declaração e Programa:

- a) Revitalizar as atividades nacionais e a cooperação internacional destinadas a promover os objetivos de educação para todos;
- b) Zelar para que as crianças, desde a primeira infância, recebam formação sobre valores, atitudes e estilos de vida que lhes permitam resolver conflitos por meios pacíficos e com espírito de respeito pela dignidade humana e de tolerância e não-discriminação;
- c) Preparar as crianças para participar de atividades que lhes indiquem os valores e objetivos da cultura de paz;
- d) Zelar para que haja igualdade no acesso as meninas à educação;

³⁰ Trecho original: “I believe that this document is unique in more than one way. It is a universal document in the real sense, transcending boundaries, cultures, societies and nations. Unlike many other General Assembly documents, this document is action-oriented and encourages actions at all levels, be they at the level of the individual, the community, the nation or the region, or at the global and international levels. The document also brings together the various actors who have a role in advancing a culture of peace. They include States, international organizations, civil society, community leaders, parents, teachers, artists, professors, journalists, humanitarian workers — in a way, all people from all walks of life and all sorts of backgrounds can contribute to its implementation. For an international forum like the General Assembly, this document really goes ahead in terms of bringing in various subjects that the Assembly has rarely touched in its 50 years of existence. I would be remiss if I did not mention the significant role which the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) has played in highlighting the cause of culture of peace. Disponível em: < http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/53/PV.107 >. Acesso em: 22 de abril de 2017.

- e) Promover a revisão de planos de estudo;
- f) Promover e reforçar as atividades dos agentes destacado na Declaração, principalmente da UNESCO;
- g) Estimular as atividades em curso das entidades ligadas ao sistema das Nações Unidas a capacitar e educar nas esferas da prevenção dos conflitos e gestão de crises;
- h) Ampliar as iniciativas em prol de uma cultura de paz empreendidas por instituições de ensino superior de diversas partes do mundo.³¹

Desse modo, entende-se que na Declaração e Programa, a educação é uma das principais formas de se construir uma paz concreta e duradoura que pode ser viabilizada através de cooperações e iniciativas criadas pela UNESCO. Seguindo esse ponto de vista, a agência internacional acredita que é necessária uma mobilização em favor da paz e da não violência, as quais devem se tornar realidade através de ações cotidianas, principalmente no que tange a comunidade escolar (UNESCO, 2011). Uma das formas encontradas pela UNESCO de trabalhar dentro das escolas foi a criação do Programa de Escolas Associadas (PEA) para estender os objetivos da organização mundial, no pós-guerra, no campo da educação, sendo um braço fundamental nessa empreitada.³²

3.4 O Programa de Escolas Associadas a UNESCO (PEA)

Desde a sua criação, em 1945, a missão da UNESCO tem sido a construção de uma cultura de paz, tendo a educação como uma das suas principais atividades para alcançar este objetivo.

Sendo a única organização internacional das Nações Unidas a trabalhar com o desenvolvimento da educação, o Programa de Escolas Associadas a UNESCO³³ foi lançado em 1953, com a finalidade de fortalecer o papel da educação escolar na promoção de uma cultura de paz e cooperação internacional³⁴ em todos os Estados-Membros das Nações Unidas. É um programa fundamentalmente ligado as escolas e está presente em 181³⁵ países e possui cerca de 10 mil escolas associadas no mundo (PEA, 2016).

Com o intuito de atender às novas demandas das escolas e da sociedade por causa da globalização e do aprofundamento dos problemas globais, os objetivos do Programa se

³¹ Disponível em: < http://www.comitepaz.org.br/dec_prog_2.htm >. Acesso em: 22 de abril de 2017.

³² Disponível em: < <http://www.peaunesco.com.br/oqueeoepa.htm> >. Acesso em: 27 de abril de 2017.

³³ Em inglês: UNESCO Associated Schools Project Network (ASPnet).

³⁴ Disponível em: < <http://www.unesco.org/new/en/education/networks/global-networks/aspnet/> >. Acesso em: 27 de abril de 2017.

³⁵ “Em todo o mundo, são quase 10 mil escolas associadas sendo que 29% estão presentes na Europa e na América do Norte, 22% na América Latina e Caribe, 21% na África, 10% nos países Árabes e 18% na Ásia e no Pacífico.” (PEA-UNESCO, 2014)

ampliaram e, além da cultura de paz, entraram outras questões como a desigualdade social, degradação ao meio ambiente, exclusão, racismo, fome, desemprego e analfabetismo (PEA - UNESCO, 2014).

Atualmente, o PEA tem como meta incentivar as escolas associadas a oferecer um tipo de educação diferenciada e de qualidade que promova a inclusão social, promovendo cidadãos conscientes (PEA – UNESCO, 2014). Como planejamento estratégico internacional, o PEA tem quatro diretrizes centrais: aprendizagem cultural, no intuito de ofertar propostas que estimulem o reconhecimento de outras culturas e coloquem os alunos frente aos desafios da globalização; cultura de paz e direitos humanos, sendo uma das finalidades principais que marcam o PEA desde sua criação; educação para o desenvolvimento, sendo a grande questão do planeta, que passa por todas as áreas do conhecimento e coloca em xeque os valores da civilização; e por fim o sistema das Nações Unidas, com o objetivo de desenvolver projetos que mostrem aos alunos, professores e à comunidade escolar o conjunto de temas que justificam a existência das Nações Unidas e expliquem o funcionamento da ONU e da UNESCO (PEA, 2016). Além do mais, o Programa busca uma educação baseada, essencialmente, nos quatro pilares da UNESCO:

- 1) Aprender a conhecer: aprender a aprender, para beneficiar-se das oportunidades oferecidas pela educação ao longo da vida;
- 2) Aprender a fazer: adquirir não só qualificação profissional, mas, de uma maneira abrangente, a competência que torna a pessoa apta a enfrentar numerosas situações e a trabalhar em equipe;
- 3) Aprender a conviver: desenvolver a compreensão do outro e a percepção das interdependências;
- 4) Aprender a ser: desenvolver a personalidade e estar em condições de agir com uma capacidade cada vez maior de autonomia, discernimento e responsabilidade pessoal. (DELORS, 2010, p. 31)

O Brasil é um dos signatários da criação do PEA³⁶, porém, foi apenas em dezembro de 1996, com a formação da Coordenação Nacional no Rio de Janeiro, através de Vera Gissoni que o Programa começou a funcionar de fato no país. O foco inicial³⁷ do PEA no país foi fazer com que as escolas associadas assumissem uma postura de liderança na promoção de uma cultura de paz na comunidade local e nacional. Em 2007, a Coordenadora Regional do PEA de São Paulo, Myriam Tricate, assumiu a Coordenação Nacional. Atualmente, muito além de promover a cultura de paz, o PEA no Brasil incentiva que as escolas associadas focassem suas atividades no ano internacional adotado pela ONU (SHULTZ e

³⁶ Disponível em: < <http://www.peaunesco.com.br/oqueopea.htm> >. Acesso em: 27 de abril de 2017.

³⁷ Disponível em: < <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/pt/about-this-office/networks/unesco-associated-schools-in-brazil/> >. Acesso em: 27 de abril de 2017.

GUIMARAES-IOSIF, 2009, p. 4). O Brasil³⁸ conta 380 escolas associadas, sendo instituições públicas e privadas, localizadas nos centros urbanos e no interior, de diferentes vertentes pedagógicas, além da participação de escolas indígenas e quilombolas³⁹.

Para tornar-se uma escola credenciada ao PEA, a escola necessita passar por um processo de seleção. A seletiva começa com o preenchimento de um formulário de adesão através do fornecimento de informações sobre seus principais dados e também com o relato de projetos que justifiquem o interesse em se tornar uma escola associada, além de demonstrar que a escola tem compromisso com o trabalho e com os valores propostos pela UNESCO⁴⁰.

Para o PEA, uma escola membro deve desenvolver projetos que se preocupem com o meio ambiente, com os direitos humanos, que valorize a interculturalidade e a resalte a educação voltada para a paz, bem como os outros temas propostos e que são preocupações da ONU e da UNESCO. Após a verificação dos dados, a proposta é enviada então para Paris, França, que concede a autorização com valor internacional através do selo e com a assinatura de um certificado assinado pelo Secretário-Geral da UNESCO⁴¹.

As escolas associadas devem cumprir com duas formalidades anuais: enviar um pré-projeto com as atividades que pretendem fazer ao longo daquele ano até Março e enviar um relatório final do que foi feito até dia 30 de Novembro. Esses relatórios⁴² devem ser personalizados e bilíngues, podendo ser traduzido para o inglês, francês ou espanhol, línguas oficiais da ONU. Além do mais, os gestores, professores ou responsáveis pelo PEA nas escolas devem participar de eventos promovidos pelas Coordenações Regional ou Nacional. As escolas que não cumprem com a formalidade de enviar os relatórios e participar dos eventos são automaticamente descredenciadas (PEA, 2016).

É importante frisar que nem a UNESCO e nem o PEA oferecem recursos financeiros para a realização de atividades. Por isso, é recomendado que toda escola PEA faça contatos e parcerias com outras escolas associadas, organizações e instituições públicas ou privadas, tanto no nível regional como nacional e internacional. Essas parcerias devem ser feitas no sentido de criar alternativas para garantir o suporte financeiro, pedagógico e tecnológico

³⁸ Dos 26 estados brasileiros, apenas cinco não contam com escolas associadas: Acre, Roraima, Rondônia, Piauí e Sergipe. (PEA, 2016)

³⁹ Disponível em: < <http://neteducacao.com.br/noticias/home/programa-de-escolas-associadas-da-unesco-completa-21-anos-atuando-no-brasil> >. Acesso em: 27 de abril de 2017.

⁴⁰ O Formulário de Manifestação de Interesse e Adesão, em inglês e português, está disponível na página do PEA. Disponível em: < <http://www.peaunesco.com.br/comoassociar.htm> >. Acesso em: 27 de abril de 2017.

⁴¹ Atualmente, a Secretária-Geral é Irina Bokova, ex Diretora-Geral da UNESCO.

⁴² Os modelos de aplicação e relatórios podem ser encontrados neste link: < <http://www.peaunesco.com.br/textos.htm> >. Acesso em: 27 de abril de 2017.

necessário para manter os projetos promovidos pelas escolas associadas (MARUM, *et al*, 2016. SHULTZ e GUIMARAES-IOSIF, 2009).

A seguir, será analisado como o PEA funciona, na prática, nas escolas de João Pessoa.

4 É POSSÍVEL PROMOVER A PAZ NAS ESCOLAS POR MEIO DO PEA DA UNESCO?

Este tópico será dedicado a uma análise das escolas associadas ao PEA na cidade de João Pessoa, através de entrevistas com os responsáveis pelo PEA nas escolas.

4.1 Uma análise dos resultados

Para a realização deste estudo foram escolhidas quatro escolas da cidade de João Pessoa que são filiadas ao PEA/UNESCO⁴³. Três escolas são da rede pública e uma da rede particular. A pesquisa foi realizada por meio de visitas e entrevistas com membros da comunidade escolar, sendo gestores, coordenadores e professores. Por razões éticas, os nomes das escolas e dos entrevistados serão mantidos em sigilo neste documento, os quais serão chamadas de escola A, B, C e D. A análise realizada aponta um resultado satisfatório para a realização deste trabalho, mas não está passível de generalização a todas as escolas associadas.

A escola A, da rede privada de ensino, localiza-se em um bairro nobre de João Pessoa e tem mais quatro unidades no Estado da Paraíba. Com quase de 17 anos de existência, a escola atende mais de 2000 alunos desde a Educação Infantil até o Ensino Médio. É uma escola de grande renome no Estado e, de acordo com a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), a escola obteve, em 2016, a maior média entre as escolas particulares, ocupando o primeiro, segundo e quarto lugares entre mais de 100 escolas particulares.

As escolas B, C e D pertencem a rede pública de ensino fundamental e estão localizadas em áreas consideradas perigosas pelos moradores locais. A escola B possui 582 alunos, do Ensino Fundamental 1 e 2⁴⁴. A escola C possui 298 alunos do Ensino Fundamental e do EJA (Escola de Jovens Adultos), sendo a única escola de ensino integral filiada ao Programa da UNESCO. Por fim, a escola D possui 462 alunos no Ensino Infantil e

⁴³ Todas as escolas filiadas no Brasil poderão ser encontradas neste link: < <http://www.peaunesco.com.br/associadas.htm> >. Acesso em: 27 de abril de 2017.

⁴⁴ O Ensino Fundamental 1 vai do 1^a ano ao 4^a ano e o Ensino Fundamental 2 vai do 5^a ao 9^a ano.

Fundamental 1. A estrutura dessas escolas é bem parecidas devido a um modelo estrutural adotado pela Prefeitura Municipal. A única diferença é que apenas a escola D possui laboratório de ciência, mas que está desativado. Os diretores são escolhidos pela Prefeitura Municipal para uma gestão de quadro anos.

Em 2014, Myriam Tricate, Coordenadora Nacional do PEA, veio a cidade de João Pessoa para discutir a implementação do Programa da UNESCO com o governo do Estado, representado na época pelo vice-governador Rômulo Gouveia, nas escolas públicas do Estado com o objetivo de torná-las agentes multiplicadores de boas ideias e práticas pedagógicas satisfatórias⁴⁵. Ainda nesse ano, do dia 8 ao dia 10 de outubro, João Pessoa foi sede do XX Encontro Nacional do Programa das Escolas Associadas à UNESCO (PEA-UNESCO) que reuniu mais de 300 educadores de todo o país e de outras localidades do mundo em torno de discussões atuais e relevantes para a educação⁴⁶. Em fala durante a abertura do evento, o então secretário de Educação e Cultura de João Pessoa, Luiz de Sousa Junior, reiterou a importância do encontro e a abertura do caminho para as escolas públicas no Estado:

É um encontro de lideranças educacionais de todo o Brasil. E nesse momento importante que as escolas associadas estão se abrindo para a rede pública. É um diálogo produtivo pela melhoria da educação. Nós já estamos fazendo as inscrições de escolas da rede municipal para concorrer a escolas candidatas na próxima edição.⁴⁷

A primeira filiação do PEA em João Pessoa aconteceu em 2008, por intermédio da escola A. Ela ganhou o selo porque tinha os valores⁴⁸ e projetos condizentes com as diretrizes centrais⁴⁹ do PEA. As três escolas da rede pública apresentaram candidatura no ano de 2015 no XXI Encontro Nacional do PEA, em Curitiba, e foram selecionadas por apresentarem notas satisfatórias no Índice de Desenvolvimento de Educação Básica (IDEB). Mas somente em 2016, que dentre as 25 escolas públicas brasileiras que receberam o certificado de adesão ao PEA, três foram da capital paraibana, alcançando um reconhecimento internacional para a rede municipal de ensino⁵⁰.

⁴⁵ Disponível em: < <http://paraiba.pb.gov.br/romulo-gouveia-recebe-representantes-das-escolas-associadas-da-unesco/> >. Acesso em: 29 de maio de 2017.

⁴⁶ Disponível em: < <http://peaunesco.org.br/encontro2014/> >. Acesso em: 30 de maio de 2017.

⁴⁷ Disponível em: < <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/com-apoio-da-prefeitura-comeca-o-encontro-nacional-do-programa-das-escolas-associadas-a-unesco/> >. Acesso em: 30 de maio de 2017.

⁴⁸ Os valores apresentados pela escola A são: democracia e transparência; multiculturalismo e pluralismo de ideias; cultura de paz, justiça e cidadania; conhecimento sistemático e inovação; formação continuada e intercâmbio cultural; e por fim, ética, solidariedade e responsabilidade ambiental.

⁴⁹ Aprendizagem cultural, cultura de paz e direitos humanos, educação para o desenvolvimento e o Sistema das Nações Unidas.

⁵⁰ Disponível em: < <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/luciano-homenageia-escolas-de-joao-pessoa-que-conquistaram-selo-da-unesco/> >. Acesso em: 30 de maio de 2017.

O PEA é uma iniciativa internacional que tem a intenção de criar uma rede de escolas que trabalhem pela ideia da cultura de paz, diversidade cultural, direitos humanos e sustentabilidade. Basicamente, o PEA consiste no estímulo a projetos ligados a um tema central que é o Ano Internacional proposto pelas Nações Unidas e seguido por todas as suas agências internacionais⁵¹, tendo que ser trabalhado de forma transversal e revertido na prática escolar, como dito pelos gestores das escolas entrevistadas.

Diante do que foi exposto, qual é o significado de ser uma escola associada ao PEA em João Pessoa? Quais as contribuições do Programa para mudar e melhorar a qualidade da educação na cidade? Como as escolas entendem e colocam em prática o Programa de Escolas Associadas a UNESCO? Tais questões emergiram durante a pesquisa e foram abordadas nas escolas.

As visitas nas escolas B, C e D não foram marcadas devido à dificuldade em encontrar e-mail ou telefones das escolas. No entanto, ao chegar nas escolas, o contato inicial foi fácil e os entrevistados se mostraram colaborativos. A entrevista na escola A foi marcada e os entrevistados também se mostraram dispostos a colaborar, inclusive fornecendo materiais e acesso ao planejamento anual enviado ao PEA no início do ano.

Após visitar as quatro escolas, foi possível perceber que o impacto do PEA nas escolas é praticamente nulo, principalmente no que tange às escolas da rede pública de ensino. Durante as entrevistas nas escolas B, C e D, ao perguntar sobre o PEA, a maior parte dos entrevistados não sabia o que era e nem o que significava ser associada à rede. Ao explicar o significado da sigla, lembravam que eram uma escola associada a UNESCO, mas não sabiam o que isso significava na prática, ou até mesmo desconheciam o fato por completo. Para tanto, destacam-se trechos das entrevistas na escola:

[...] Estudo aqui desde o 1º ano e não sei o que é o PEA e nem a UNESCO. Nem sabia que a escola tinha isso. (Escola D, Aluno)

[...] O PEA não influencia em nada na escola. Essa história de ter a UNESCO na escola é bobagem. Eu conheço porque é falado no planejamento qual será o tema anual oferecido por eles, mas no dia-a-dia não tem nada. Eu sei que tem os Anos Internacionais, por exemplo. E sei também que fazemos projetos relacionados a isso, mas não ficamos presos a ele não. A gente nem fala que é uma proposta da UNESCO, porque iríamos trabalhar com eles de qualquer forma, porque todos são bem abrangentes. (Escola B, Professor)

Você sabe o que é nada vezes nada? Zero. Isso é que o PEA representa na escola. Nada. Zero. Minha escola entrou porque queriam ampliar para a rede pública e fazer novas associadas. Na época, eu pensei que seria um grande

⁵¹ 2016 – Ano Internacional das Leguminosas; 2017 – Ano Internacional do Turismo Sustentável para o Desenvolvimento.

diferencial. Afinal, é uma organização internacional não é? Mas no fim, a escola continua do mesmo jeito que entrou. [...] Trabalhamos sim o tema anual da ONU, mas trabalhamos porque falar sobre alimentação, por exemplo, estaria no planejamento de qualquer maneira, assim como iremos falar de sustentabilidade, cultura de paz, respeito... Mas não porque o PEA mandou. (Escola D, Gestor)

Fica claro ao observar as colocações, que a informação e conhecimento sobre o que é o PEA vai mudando de acordo com a hierarquia da escola. Nas três escolas, todos os gestores tinham conhecimento do Programa, bem como alguns especialistas, até porque todos estavam presentes no início dos trabalhos nas escolas. Os professores têm conhecimento parcial, mas não identificam o PEA. Os alunos, principais beneficiados, tem desconhecimento total sobre o PEA e a UNESCO.

Na escola A, porém, foi percebido uma melhora quanto ao conhecimento do Programa. Os entrevistados (coordenador e professores) entendem o fato de ser uma escola associada como uma iniciativa internacional da UNESCO de extrema importância. Um professor ainda frisou os Anos Internacionais, que são trabalhados de maneira multidisciplinar na escola. No entanto, alguns professores ainda desconhecem de fato o que significa ser uma escola associada, embora reconheçam a importância do fato.

Trabalho nessa escola a cinco anos e não me recordo como fiquei sabendo do PEA na escola. Com certeza foi em alguma reunião de planejamento ou apresentação da escola. Não sei. Mas, desde que venho participando, os Anos Internacionais são bem trabalhados aqui e permitem um trabalho transversal em várias disciplinas. Na verdade, é uma exigência da escola esse tipo de trabalho. Os orientadores, ao montar o planejamento, tem a preocupação de incluir tudo isso. Às vezes sinto que os Anos Internacionais ficam mais na teoria, até porque a escola tem uma enxurrada de projetos na prática para trabalhar, mas ainda conseguimos pôr na prática um ou outra coisa. (Escola A, Professor)

É possível identificar grandes diferenças nos contextos das escolas investigadas, principalmente quando separa-se as escolas públicas da escola privada. Os contextos das escolas públicas são diferentes, obviamente. Mas, no que tange o PEA, a realidade é basicamente a mesma. Todas enviam o relatório inicial de planejamento e o relatório final, que são exigência do Programa, e todas têm a mesma dificuldade de traduzir o documento por falta de recursos ou falta de profissionais capacitados para tal. Em nenhuma escola pública foi encontrada o logotipo do PEA-UNESCO nas paredes, como também é exigido, principalmente por falta de recursos financeiro e falta de interesse da gestão. Ficou claro que os gestores têm conhecimento que o PEA não dispõe de recursos financeiros para a realização de nenhum tipo de projeto, no entanto, as escolas esperavam maior reconhecimento da Prefeitura Municipal de João Pessoa e também da própria Secretaria de Educação.

Temos reconhecimento internacional, fomos escolhidas entre tantas escolas boas daqui de João Pessoa, temos projetos maravilhosos, ganhamos o selo. Eu sei que o PEA não dá dinheiro. Mas a Prefeitura e a Secretária poderiam fazer algo a mais não é? Um suporte para um projeto, arranjar livros, materiais. Mas não. Eles ficam felizes, fazem a maior propaganda, mas não fazem nada de prático. É bonito no papel e para sair na foto. Mas a realidade é outra. [...] Esse selo é até motivo de confusão. As outras escolas pensam que a gente tem tudo na mão. (Escola B, Gestor)

Já na escola A existe uma grande diferença. Por ser uma escola da rede privada, imagina-se que a escola tenha mais recursos financeiros para realizar projetos e, por ter uma equipe de comunicação, tenha uma capacidade maior de angariar apoio para a realização dos mesmos. Diferente das escolas públicas, a escola A possui o logotipo do PEA-UNESCO logo na entrada e o mesmo se faz presente em todos os materiais de divulgação, livros e fardamentos. Também possui um quadro dedicado ao Ano Internacional, que fica exposto no pátio da escola, e é modificado conforme os temas. Foi observado também um esforço em oferecer uma educação diferenciada com projetos que evidenciam a preocupação da escola com a formação dos alunos: Projeto Não Deixe o Samba Morrer, Projeto Quebrando Estereótipos, Projeto de Educação Financeira, Projeto Criança como Você, Projeto Lanche Vitaminado, entre outros.

Uma observação pertinente que abarca todas as escolas é que não existe uma unidade entre as escolas participantes do PEA na cidade de João Pessoa. As escolas não se comunicam e não trocam experiências. Nenhuma das escolas visitadas sabe se o PEA funciona nas outras escolas associadas e é até motivo de curiosidade. Houveram apenas três encontros: no Congresso em Curitiba (que a escola A ajudou financeiramente as escolas B, C e D) em 2015, no momento do recebimento do selo das escolas públicas em 2016 e em uma capacitação fornecida pela escola A.

Uma análise mais clara pode ser vista na tabela abaixo (Figura 1) através de uma análise FOFA (ou SWOT) da rede em João Pessoa:

Figura 1: Rede PEA-UNESCO em João Pessoa

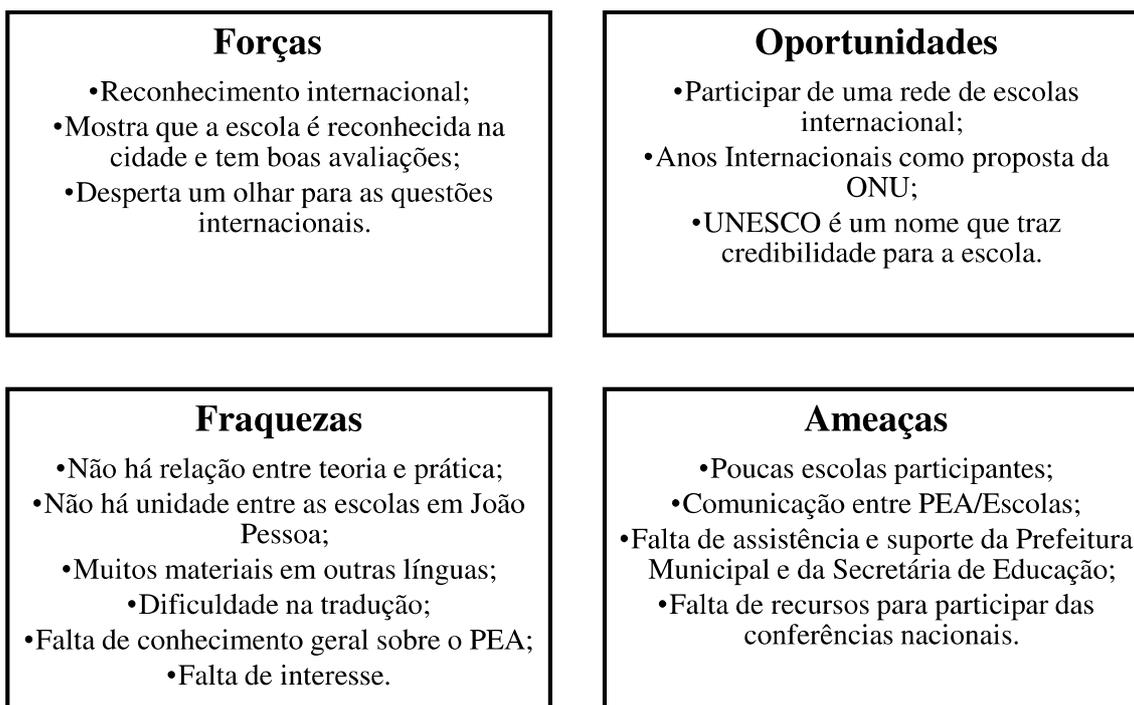


Figura 1 (Criação própria)

Percebe-se que, em João Pessoa, é necessário a criação de uma rede mais unida para um melhor desenvolvimento do Programa, além de precisar de um maior suporte da Prefeitura e da Secretária. Nas escolas associadas em João Pessoa, o PEA é mais forte na escola da rede privada por haver mais interesse e recursos para a realização de projetos vinculados a organização, mas a sua presença está apenas relacionada aos Anos Internacionais e as capacitações que são oferecidas. Já nas escolas de rede pública, a existência do Programa é quase nula, visto que a realidade escolar do ensino público é bem diferente daquele que o PEA tem em mente⁵² (SHULTZ, GUIMARAES-IOSIF, 2009). Essas capacitações geralmente são ministradas por profissionais da Escola A, que recebem preparações de empresas, e eles capacitam os professores das escolas públicas. Até a última pesquisa, desde da associação das escolas, apenas uma capacitação foi oferecida pela Intel, com o tema de sustentabilidade e com materiais para os alguns professores das escolas.

Apesar de haver um esforço do PEA-UNESCO em prover materiais e conferências, não há garantia que serão usadas pelas escolas, principalmente as públicas, pela falta de tradução, por exemplo, o que reduz o impacto educacional que o PEA propõe. Por ser uma rede internacional e contar com coordenações regionais, o PEA, como braço educacional da

⁵² Para Shultz e Guimaraes-Iosif, o PEA imagina que uma escola associada é capaz de fazer projetos independentes da realidade, porque é uma prática basilar das escolas, o que não deixa de ser verdade. No entanto, para as autoras, o PEA não leva em consideração diversos quesitos das escolas públicas, como a falta de suporte, o não-entendimento sobre o que é o PEA, falta de interesse e a rotatividade dos profissionais responsáveis pelo Programa nas escolas.

UNESCO, deveria propor espaços de discussão entre as escolas para que buscassem novas propostas de educação baseada no conhecimento de ambas as partes e não somente com conferência anuais que nem todas as escolas podem participar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste novo século, os desafios são muitos. Depois de toda violência vivida no século XX e com a presente onda de terror que assola o século XXI, é possível perguntar: o que é uma cultura de paz?

A história da humanidade já comprovou que a assinatura de acordos e tratados não é eficaz para estabelecer a paz, porque os fatores que causam as guerras permanecem inalterados. Ou seja, quando a cultura mantém seus valores de violência e dominação, a paz se torna somente o intervalo entre guerras.

A cultura de paz é um processo complexo. Reflete em uma ação, muito mais do que apenas uma meta a ser alcançada. É certo que a violência cresce, porém, também é possível observar um momento único na história da humanidade no qual se vislumbram resquícios de processos de paz. Elise Boulding, socióloga norueguesa, acredita que a cultura de guerra, presente nas relações internacionais, não pode ser facilmente mudada, embora acredite que a cultura de paz esteja cada vez mais presente (*apud* GUIMARAES, 2009). Boulding (2000) afirma que uma cultura de paz é:

(...) uma cultura escondida, guardada viva nas rachaduras de uma sociedade violenta. Em outros tempos, a cultura de paz predominou e a violência foi reduzida. Dada a forma como a guerra se tornou destrutiva no último século, temos sorte em ter uma cultura de paz viva para procurar e construir nesta era de transição da raça humana. Eles podem nos ajudar no afastamento da destruição global e caminhar através de um mundo vivo com uma grande diversidade de estilos de vida pacíficos. (BOULDING, 2000, p. 28)⁵³.

Sem negar a existência de uma cultura de guerra e dominada pela violência, Boulding acredita que o movimento da paz e as organizações locais tem oferecido alternativas pacíficas e que esse pensamento tornou-se mais desenvolvido e integrativo (GOODMAN, 2001)⁵⁴. Ou seja, observa-se uma nova ordem de paz está sendo construída (BRUNNER, 2010). Porém, é

⁵³ Trecho original: "(...) the culture of peace has been a hidden culture, kept alive in the cracks of a violent society. At other times the peace culture has predominated, and violence has reced to a minimum. Given how destructive war has become in this century, we are Lucky that we have living peace culture to look to and to build on in this transition era for the human race. They can help us move away from global destruction and toward a world alive with a great diversity of peaceble life ways."

⁵⁴ Disponível em: <<http://peacemagazine.org/archive/v17n1p30.htm>>. Acesso em: 03 de julho de 2017.

importante entender que embora a cultura de paz esteja cada vez mais presente no dia-a-dia, é um processo complicado e que enfrenta obstáculos:

Um dos maiores obstáculos à construção de uma cultura de paz através dos métodos que já existem em todas as sociedades é a tensão entre os 188 Estados do sistema internacional e os 10.000 grupos identitários formados pelas diversas etnias, línguas ou religiões que se encontram dentro das fronteiras daqueles Estados. A criação recente de novas identidades míticas, sem fundamento histórico, indica que esses grupos identitários têm funções importantes e servem para sustentar a ordem social. Os buracos nas redes de cuidado governamental são grandes demais e por eles passam os grupos minoritários, que têm nas comunidades identitárias sua única esperança. (BOULDING, 2012)⁵⁵

Em 1989, a UNESCO começou a liderar o movimento mundial por uma cultura de paz e culminou, em 1999, na Declaração e Programa de Ação sobre uma Cultura de Paz, no âmbito da ONU, além de outras ações. No entanto, pergunta-se: qual a influência da UNESCO nesse processo de construção de uma cultura de paz em uma ordem internacional que é tudo, menos pacífica? Claudia Brunner (2010) questiona sobre o que aconteceu com o conceito de cultura de paz durante o processo de institucionalização do termo no sistema das Nações Unidas.

Tudo começou no início da Guerra Fria, quando a sociedade civil decidiu criar um movimento de resistência à ditadura e às forças armadas na América Latina. A movimentação por uma cultura de paz, criada no Peru na década de 1980, cresceu e se tornou um objetivo desejado, primeiramente, pela UNESCO e depois pela ONU. Após o fim da Guerra Fria, a cultura de paz “tomou forma e se transformou em um slogan pragmático, sendo a substituição direta de uma cultura de guerra” (BRUNNER, 2010, p. 89). David Adams, durante as negociações da Declaração e Programa, argumentou que a cultura de guerra foi totalmente excluída dos documentos por causa da exigência de alguns Estados-membros. Pergunta-se, então: como cultura de paz pode ser vista e celebrada como algo concreto, se a cultura de guerra sequer é mencionada nos documentos oficiais e sua existência ainda é negada? É fato de que a cultura de paz e guerra são antíteses. No entanto, é irrisório relacioná-la apenas a guerra, quando a verdadeira cultura de paz está ligada ao estado harmonioso de vida humana, onde os conflitos existem, mas são tratados com poderes e recursos em busca da sua transformação (WINTERSTEINER, 2010, p. 41).

A queda da Cortina de Ferro, em 1989, trouxe novas percepções para a humanidade: a paz não está somente ligada à ausência de conflitos, os conflitos são inerentes e podem ser

⁵⁵ Disponível em: <http://palasathena.org.br/evento_detalhe.php?evento_id=40>. Acesso em: 03 de julho de 2017.

construtivos, desde que recebam o tratamento adequado, a violência pode ser prevenida ou modificada e uma cultura de paz pode ser criada. Entende-se, deste modo, que a paz não é uma condição ligada à passividade. A paz é um estado mental onde governos e civis buscam resolver suas divergências através de acordos, negociação e cooperação, não com o uso de violências, imposições e ameaças.

Segundo o Relatório Mundial sobre uma Cultura de Paz⁵⁶, poucos são os governos que fazem alguma ação no que tange à promoção da paz. No entanto, é na sociedade civil que residem as maiores contribuições. A conclusão que a maioria das organizações chegam ao avaliar o relatório é que a cultura de paz está em constante avanço, principalmente no que tange às atividades com ligação a cultura de paz e não violência durante a primeira metade da Década Internacional.

O progresso é especialmente notável se levarmos em conta que só decorrem cinco anos desde que a resolução A/53/243 da Assembleia Geral da ONU fez um primeiro apelo à constituição de um movimento mundial por uma cultura de paz. E é tanto mais surpreendente quanto, tal como é feito saber de todo o mundo, os meios de comunicação não difundiram informação acerca da cultura de paz através dos noticiários e as Nações Unidas e a agência que lidera a Década, a UNESCO, lhe prestaram muita pouca atenção.⁵⁷

Ou seja, existe uma desconexão e uma falta de atenção da UNESCO em relação às atividades da sociedade civil, bem como uma falta de apoio e estímulo.

Para a UNESCO, a cultura de paz pode ser efetivada através de uma cooperação efetiva entre Governo, organizações não-governamentais e sociedade civil no mundo todo. No que tange ao Estado, a promoção de uma cultura de paz corre o risco de permanecer apenas no ato voluntário, sem ter uma institucionalização de determinadas ações. Guimarães aponta que:

O que necessitamos é de um pouco de mais de práticas solidárias; sem isso, o próprio agir inteligente permanece sem consistência e sem consequências. No entanto, tais práticas necessitam de instituições racionais, de regras e formas de comunicação, que não sobrecarreguem moralmente os cidadãos e sim elevem em pequenas doses a virtude de se orientar pelo bem comum. (GUIMARÃES, 2004, p. 118)

A criação da Declaração e Programa de Ação sobre uma Cultura de Paz, de 1999, refletiu o desejo das nações na construção da cultura de paz. De Rivera (2004) aponta que o conceito criado pela resolução é mais um “termo avulso, do que uma prática”, já que durante as negociações, os países desenvolvidos não reconheceram a paz como um direito humano e

⁵⁶ Disponível em: < http://www.decade-culture-of-peace.org/2010_civil_society_report.pdf >. Acesso em: 15 de julho de 2017.

⁵⁷ Disponível em: < <http://www.decade-culture-of-peace.org/> >. Acesso em: 15 de julho de 2017.

retiraram a todas as menções a uma cultura de guerra. Ao considerar a paz um direito humano, a questão se torna obrigação de cada Estado, o que condena o interesse das indústrias bélicas e de armamentos. No entanto, apesar do não reconhecido pelas grandes potências como um direito básico a vida humana, a paz é reconhecida como um valor universal.

O conceito criado pela ONU, sendo a cultura de paz um conjunto de valores, tradições, comportamentos e estilos de vida, e sendo um objetivo realista das Nações Unidas traz consigo três desafios acadêmicos, segundo De Rivera:

Primeiro, o conceito precisa ser examinado quanto a sua coerência e inclusão. É adequada a conceituação em oito bases? Essas bases são coerentes na medida em que avaliamos uma única dimensão de paz, ou devemos acrescentar mais dimensões? Segundo, dado ao que sabemos sobre a natureza humana, seria o conceito realista ou devemos sugerir mudanças na conceptualização? Por fim, em terceiro lugar, como podemos começar a avaliar a paz nas diferentes culturas de diferentes sociedades? (DE RIVERA, 2004, p. 537-538)⁵⁸.

Os três desafios apontados por De Rivera são de extrema importância para a análise feita por este trabalho sobre a rede PEA na cidade de João Pessoa. Ao considerar a UNESCO como a agência líder no movimento da criação de uma cultura de paz através da educação, utilizando do Programa de Escolas Associadas, é necessário questionar: a busca da rede em criar uma rede internacional de escolas com o objetivo de cultivar uma cultura de paz é coerente com o propósito da própria rede, da UNESCO e das próprias escolas? Seria necessário mudar a forma com o PEA trabalha para que haja uma adequação à realidade escolar brasileira, como também à cultura brasileira, ou de cada região?

No estudo de caso utilizado por este trabalho fica claro que as práticas educativas utilizadas pelas escolas associadas ao PEA não estão na direção das diretrizes anuais por serem filiadas, mas sim porque fazem parte da realidade escolar. No entanto, as experiências acontecem de forma pontual e dispersa. Na Escola A, da rede privada, as experiências são mais completas e interligadas; nas Escolas B, C e D são pequenas ações que não se interligam. É necessário destacar que a escola sozinha não consegue responder por todas as demandas exigidas porque é preciso que elas estejam articuladas a outras instituições, além de contar com o apoio do poder público.

⁵⁸ Trecho original: “First, the concept needs to be examined for its coherence and inclusiveness. Is the conceptualization in terms of eight bases an adequate conceptualization? Do the bases cohere to the extent that we may assess a single dimension of peacefulness, or must we describe more than one dimension Second, given what we know about human nature, is the concept realistic or should we suggest changes in its conceptualization? Third, how might we begin to assess the relative peacefulness of the cultures of different societies?”

A escola, como instituição fundamental no ensino de crianças e adolescentes, não pode mudar tudo e nem pode mudar a si mesma sozinha. Ela precisa de um sistema e uma sociedade que a mantenha viva e funcionando. As escolas precisam redescobrir o seu espaço e adequá-los a sua realidade, criando um espaço de relações humanas. A rede PEA, entendendo isso, por ser uma rede articulada e internacional, deveria propor espaços mais democráticos de discussão entre as escolas para que buscassem soluções conjuntas para a construção de uma proposta educacional baseada nos pilares da UNESCO e corroborar pela criação de uma cultura de paz (MARUM *et al*, 2016).

Finalmente, criar uma cultura de paz não é fácil. Ela só será criada na medida em que cada um, desde do topo até as partes mais baixas da sociedade, avance de um estado de quietude para o de inquietude. O primeiro passo é entender que a paz é possível. É um desejo universal e presente há muito tempo na humanidade. O segundo passo é entender que a paz é uma necessidade – ora, não é possível viver em um mundo tomado por guerras. A passividade de um receptor deve dar lugar a atuação de um protagonista, daquele que é ciente do seu papel e o desempenha de forma eficaz (MILANI, 2003b).

É preciso compreender que existe a real necessidade da transição de uma cultura de guerra, dominada pela violência, para uma cultura de paz, baseada na colaboração mútua, diversidade, respeito, justiça e participação de todas as esferas da sociedade. Promover a paz não é uma tarefa impossível e não é apenas dever da UNESCO. A promoção de uma cultura de paz significa e pressupõe trabalhar de forma integrada em direção às mudanças desejadas por toda a humanidade – igualdade entre os sexos, eliminação da violência, racismo, intolerância religiosa, direitos humanos, justiça social, liberdade política e de pensamento. A cultura de paz, por assim dizer, é o elo que interliga e abrange as ideias em um único processo de transformação pessoal e social. Essas mudanças precisam ser vivenciadas por cada indivíduo, criança, família, escolas, comunidades, instituições públicas e privadas, organismos internacionais e nacionais, religiões e governos.

6 REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Mirian. RUA, Maria das Graças. **Violência nas escolas**. Brasília: UNESCO. Coordenação DSI/AIDS do Ministério da Saúde. Secretária do Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça. CNPq. Instituto Aryrton Senna. UNAIDS. Banco Mundial. Fundação Ford. CONSED. UNDIME. 2002.

Associated Schools Project Network (ASPnet). Disponível em: < <https://aspnet.unesco.org/en-us> >. Acesso em: 27 de abril de 2017.

BOBBIO, Noberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Ciência Política**. Brasília: Editora. Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998.

BOULDING, Elise. **History at Sword's Point? The War-Nurtered Identity of Western Civilization**. p. 13-28. Chapter 1. IN: Culture of Peace. The Hidden Side of History. Syracuse University Press. 2000.

BRUNNER, Claudia. **Knowing Culture, Knowing Peace? Epistemological and/as Political Aspects of the Culture of Peace-Initiative, Concept and Program**. p. 82-101. IN: Yearbook Peace Culture. Culture of Peace: A concept and a campaign revisited. Viktorika Ratkovic e Werner Wintersteiner (orgs). Center for Peace Education. Alpen. Adeia University at Klagenfurt/Celovec. Austria. 2010.

CALLADO, Carlos Velásquez. **Educação para a paz: promovendo valores humanos na escola através da educação física e jogos cooperativos**. Santos/São Paulo. Editora Projeto Cooperação LTDA. 2004.

CASTRO, João Macedo e. **A invenção da juventude violenta: análise da elaboração de uma política pública**. LACED. Laboratório de Pesquisa em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento. 2009.

CECCON, Claudia *et al.* **Conflitos nas escolas: modos de transformar – dicas para refletir e exemplos de como lidar**. São Paulo: CECIP. 2009.

Cômite de Cultura de Paz. Disponível em: < <http://www.comitepaz.org.br/> >. Acesso em: 15 de abril de 2017.

CONCHA, Percy Calderón. **Teoría de Conflictos de Johan Galtung**. Revista Paz y Conflictos. Nº 2. P, 60-81. ISSN: 1988 – 7221. 2009.

CRUZ, Franco Farias da. **Cultura de Paz e UNESCO: uma analítica documental da gestão de corpos no Brasil**. (Dissertação). Universidade Federal do Pará. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Belém. 2012.

DE RIVERA, Joseph. **Asserting the basis for a Culture of Peace in comteporany societies**. Journal of Peace Reasearch. Vol 41. p. 531-548. 2004.

DELORS, Jacques. (coord). **Os quatro pilares da educação**. In: Educação Um Tesouro a Descobrir. Relatório da Comissão internacional sobre Educação para o Século XXI. Brasília, Unesco, 2010.

Direitos Humanos. Disponível em: < <http://www.dhnet.org.br/> >. Acesso em: 27 de março de 2017.

DISKIN, Lia. **Cultura de paz: redes de convivência**. SENAC/São Paulo. 2014.

DISKIN, Lia. **Vamos ubuntar? Um convite para cultivar a paz**. Brasília: UNESCO. Fundação Vale. Fundação Palas Atenas. 2008.

DUSI, Miriam Lúcia Herrera Masotti. **A construção da cultura de paz no contexto da instituição escolar**. (Dissertação). Universidade de Brasília. Instituto de Psicologia. Brasília – Distrito Federal. 2006.

FARIA, Hamilton. **Pontos de Cultura: políticas públicas, cultura de paz e cidadania cultural**. pp. 13-33. IN: Cultura viva, políticas públicas e cultura de paz. Hamilton Faria et all. São Paulo. Instituto Pólis. 2013.

FEITOSA, Raphael Alves. FEITOSA, Viviane Alves de Oliveira. **A educação voltada para um ambiente de paz: uma análise dos documentos da UNESCO**. Rio de Janeiro: Câmara Brasileira de Jovens Escritores. 2013.

GALTUNG, Johan. **Cultural peace: some characteristics**. IN: From a Conflict Issues Series. United Nations Education, Scientific and Cultural Organization. UNESCO. 1996b.

GALTUNG, Johan. **Cultural Violence**. Journal of Peace Research. Vol 27, Nº. 3. P. 291-305. 1990.

GALTUNG, Johan. **Peace by peaceful conflict transformation – the TRANSCEND approach**. pp. 14-32. IN: Handbook of Peace and Conflict Studies. Charles Webel and Joan Galtung. 2007.

GALTUNG, Johan. **Peace by peaceful means: peace and conflict, development and civilization**. Londres: Prio and Sage Publications. 1996a.

GALTUNG, Johan. **Social cosmology and the concept of peace**. Journal of Peace Research. V. 18. N. 2, p. 183-199. 1981.

GALTUNG, Johan. **Violence, peace and peace research**. Journal of Peace Research. Oslo, v. 6, n. 3, p. 167-191. 1969.

Governo da Paraíba. Disponível em: < <http://paraiba.pb.gov.br/> >. Acesso em: 29 de maio de 2017.

GUIMARÃES, Dom Ireneu Rezende. **Educação para a paz e novas tecnologias**. Conjectura. V, 14, n. 3, set/dez. p 167-187. 2009.

GUIMARÃES, Marcelo Rezende. **Aprender a Educar para a Paz – Curso de Educação para a Paz**. Apostila editada pela ONG Educadores para a Paz, 2004.

GUIMARÃES, Marcelo Rezende. **Paz: reflexão em torno de um conceito**. 1999. Disponível em: < http://www.dhnet.org.br/educar/balestreri/inquietude/marcelo_rezende.htm >. Acesso em: 29 de março de 2017.

IZZO, Roberta Cristina. **Memórias e Projeções: a cultura de paz nas Nações Unidas de 1989 a 2001**. (Dissertação). Programa de Pós-Graduação da Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista. Campus Franca. 2008.

JARES, Xésus R. **Educação para a paz: sua prática e teoria**. 2ª Edição. Porto Alegre; Art med. 2002.

KANT, Immanuel. **A paz perpétua: um projeto filosófico**. 1795. Textos Clássicos de Filosofia. Universidade da Beira Interior. Corvilhã. Edição 2008.

LEDERACH, John Paul. **Conflict Transformation**. P. 1-16. Beyond Intractability. 2003.

MARUM, Carla et al. **Influência da Rede PEA-UNESCO na implantação de programas de educação para a sustentabilidade em escolas parceiras**. Revista Brasileira de Educação Ambiental. REVBEA. São Paulo. V 11. Nº 2. p 57-73. 2016.

MILANI, Feizi Massour. **Cultura de paz x Violências: papel e desafios das escolas**. P, 31-62. IN: Cultura de Paz: estratégias, mapas e bússolas / Feizi Massour Milani, Rita de Cássia Dias Pereira de Jesus (organizadores). Salvador: INPAZ, 2003a.

MILANI, Feizi Massour. **De espectros a protagonistas da cultura de paz**. 2003b.

MINAYO, Maria Cecília de S. **A violência social sob a perspectiva da saúde pública**. Cad. Saúde Pública. Rio de Janeiro. 10 (supl 1): p. 7-18. 1994.

MUNDY, Karen. **Educational multilateralismo in a changing world order: UNESCO and the limits of the possible**. Internacional Journal of Educacional Development. p. 27-52. 1999

OLIVEIRA, Ariana Bazzano de. **O percurso do conceito de paz: de Kant à atualidade**. I Simpósio em Relações Internacionais do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP e PUC-SP). 2007.

ONU Brasil. Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/> >. Acesso em: 02 de abril de 2017.

ONU. **Carta das Nações Unidas**. 1945.

Palas Athena. Disponível em: < <http://palasathena.org.br/> >. Acesso em: 03 de julho de 2017.

PEA Brasil (Programa de Escolas Associadas). Disponível em: < <http://www.peaunesco.com.br/> >. Acesso em: 27 de abril de 2017.

PEA. **A rede PEA Brasil: a hora das escolas públicas**. São Paulo. 2016.

Peace Magazine. Disponível em: < <http://peacemagazine.org/> >. Acesso em: 03 de julho de 2017.

Portal da Educação. Disponível em: < <http://neteducacao.com.br> >. Acesso em: 27 de abril de 2017.

POSSATO, Beatris Cristina et al. **O mediador de conflitos escolares: experiências na América do Sul**. Psicologia Escolas e Educacional. São Paulo. Volume 20, Número 2. P, 357-366. 2016.

POWER, Colin. **Bulding a culture of peace to replace the culture of war**. Social Alternative. Vol 33. Nº 4. P 47-51. 2014.

Prefeitura de João Pessoa. Disponível em: < <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/> >. Acesso em: 30 de maio de 2017.

PUREZA, José Manuel. **A novidade nos estudos sobre a paz.** Disponível em: < https://www.janusonline.pt/arquivo/1998fa/1998fa_1_12.html >. 1999. Acesso em: 27 de março de 2017.

PUREZA, José Manuel. CRAVO, Teresa. **Margem crítica e legitimação nos estudos para a paz.** Revista Crítica de Ciências Sociais, 71. p, 5-19. 2005.

PUREZA, José Manuel. **Estudos sobre a paz e a cultura de paz.** pp. 33-42. IN: Nação e Defesa. Nº 95-96. 2ª Série. Outono/Inverso. 2000.

RATTNER, Henrique. **Cultura, personalidade e identidade.** Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Lideranças. ABDL. São Paulo/SP. 2001.

RELATÓRIO MUNDIAL DE CULTURA DE PAZ. **Relatório da sociedade civil a meio da Década de Cultura de Paz de acordo com o convite do parágrafo operativo 10 da Resolução da Assembleia Geral A/59/143.** Fundación Cultura de Paz. 2005.

Report on the Decade for a Culture of Peace. **Final Civil Society Report on the United Nations International Decade for a Culture of Peace and Non-violence for the Children of the World (2001-2010).** 2010.

Revista PEA-UNESCO. Ano 6. Número 7. Setembro de 2014. Disponível em: < <http://www.peaunesco.com.br/REVISTApea2014R.pdf> >. Acesso em: 27 de abril de 2017.

SHULTZ, Lynette. GUIMARAES-IOSIF, Ranilce. **O impacto de se tornar uma escola associada da UNESCO (PEA) no Brasil.** University of Alberta. Edmonton. Canada. 2009.

SILVA, Ana Maria. **Mediação e(m) educação: discursos e práticas.** Revista Intersaberes. Curitiba. Ano 6. Nº 12. P. 249-265. 2011.

SILVA, Jorge Vieira da. **A verdadeira paz.** São Paulo em perspectiva, 16 (2): 36-43, 2002. The International Journal of Peace Studies. Disponível em: < <http://www.gmu.edu/programs/icar/ijps/index.htm> >. Acesso em: 19 de abril de 2017.

The website of David Adams. Disponível em: < <http://www.culture-of-peace.info/> >. Acesso em: 15 de abril de 2017.

UNESCO. **Constituição da UNESCO.** 1946.

UNESCO. Disponível em: < <http://en.unesco.org/> >. Acesso em: 02 de abril de 2017.
UNESCO. **The Culture of Peace.** 2006.

UNESCO. **The Hidden Crisis: armed conflict and education.** Education for All Report. 2011.

United Nations. Disponível em: < <http://www.un.org/> >. Acesso em: 22 de abril de 2017.

WEISS, Cora. **Learning to abolish war – Teaching Toward a culture of peace.** The B. MM Monographs. Number 4. p. 38-41. 20014.

WINTERSTEINER, Werner. **Renewing Peace Research with culture of peace: A proposal.** p. 40-57. IN: Yearbook Peace Culture. Culture of Peace: A concept and a campaign revisited. Viktorika Ratkovic e Werner Wintersteiner (orgs). Center for Peace Education. Alpen. Adeia University at Klagenfurt/Celovec. Austria. 2010.